

A QUESTÃO DA CONFIANÇA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Índice

Introdução > Brasil perde grau de investimento , por Paulo Timm set.2015

1. Índices
 2. Confiança – wiki
 3. Crise de Confiança –wiki
 4. Joseph Stiglitz
 5. Economia da Informação
 6. Sociedade da Informação –wiki
 7. Sociedade do Conhecimento
 8. Soc.Inf x Soc.Conhecimento
 9. Repercussões do rebaixamento da S&P
-

Introdução

BRASIL PERDE GRAU DE INVESTIMENTO

Paulo Timm- Especial A FOLHA , 11 set 2015

“Diversas pessoas me perguntam -- algumas porque querem mesmo saber minha opinião, outras porque querem criticá-la... -- os motivos da vulnerabilidade externa, agora óbvia, da economia brasileira, que ressaltei em um post aí embaixo. O tema é complexo, é claro. Não cabe aqui. Mas, num pequeno artigo que publiquei em outubro de 2009, em plena euforia lulista, ressaltei um aspecto que me parece importante. O texto chama-se "Continuamos reféns" e está no link. Meses antes o Brasil havia recebido o grau de investimento, que Lula, na época, chamou de certificado de seriedade.”

<http://www.contrapontoeditora.com.br/.../200911032251120.Cont...>

Cesar Benjamin

“Agências de risco estão a serviço de especuladores e de interesses econômicos e políticos dos EUA”

Moniz Bandeira - 10 de setembro de 2015

<http://www.viomundo.com.br/denuncias/moniz-bandeira-as-agencias-de-risco-a-servico-de-especuladores-subordinadas-aos-interesses-economicos-e-politicos-de-washington-e-de-wall-street.html>

AFP

Standard & Poor's pagará multa de US\$ 1,37 bi por seu papel em crise
Agência fechou acordo com autoridades dos Estados Unidos.
S&P teria 'enganado' investidores sobre qualidade de créditos imobiliários.
Da AFP-03/02/2015 12h09 - Atualizado em 03/02/2015 12h09

A agência de classificação de risco Standard and Poor's aceitou pagar uma multa de US\$ 1,37 bilhão às autoridades americanas por seu papel na crise financeira internacional de 2007 e 2008.

A agência teria "enganado" os investidores sobre a qualidade dos créditos imobiliários "subprimes", que originaram a crise financeira, anunciou nesta terça-feira em um comunicado.

O acordo, que permitirá o início de um processo judicial, é acompanhado por outro acordo amistoso, com um fundo de pensões da Califórnia, ao qual a S&P repassará US\$ 125 milhões pelas mesmas razões.

<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/02/standard-poors-pagara-multa-de-us-137-bi-por-seu-papel-em-crise.html>

Não bastassem as más notícias internas da semana, dentre as quais um imbróglio com os militares, provocado pela desatenção do Ministro da Defesa, fomos abalroados ontem, dia 09, pelo rebaixamento do país pela Agência de Classificação de Risco Standard and Poors – S&P à condição de mercado especulativo. Perdemos, para esta Agência, o chamado grau de investimento para capitais internacionais interessados em aplicações financeiras mundo afora. Um verdadeiro golpe, senão inesperado, antecipado, eis que se esperava mais tempo das Agências de classificação de risco para reposicionamento do país, até que o plano de estabilização se consumasse. Mas não. Sobreveio o anúncio.

O que é uma Agência de Classificação de Risco e qual sua importância?

São organizações internacionais de consultores financeiros que analisam o andamento das economias no planeta de forma a indicar os mais seguros e favoráveis aos detentores de poupanças sedentos de oportunidades de aplicação de seu dinheiro. Cumprem o importante papel de direcionar – ou

redirecionar – os movimentos de capitais em escala mundial. São capazes de provocar, tanto um afluxo inusitado de dólares em um ponto, como de retirá-los de outro, que é o que, lamentavelmente deverá acontecer, doravante, conosco. Interligadas ao sistema financeiro, estas Agências não são infalíveis. Agora mesmo, o Presidente Obama adverte para a necessidade de maiores cuidados frente a elas. Na crise da bolha imobiliária americana, em 2007-2008, eles erraram redondamente. Levaram milhões de famílias e empresas à falência e tudo ficou por isso mesmo. Contudo, independentemente de seus equívocos, tendenciosos ou não, estas Agências têm Poder, isto é capacidade para produzir resultados concretos na movimentação internacional de capitais, numa era de financeirização explosiva do capitalismo. O que é isto? Um processo de descolamento da acumulação financeira, muitas vezes puramente contábil, da base real da economia, expressa pelo valor da produto alcançado na colocação em ação dos fatores produtivos – Trabalho e Capital – e pela sua projeção no comércio. As últimas décadas evidenciaram uma enorme capacidade de poupança em diversos países e estas poupanças, em dinheiro, geralmente em dólares, que é a moeda reserva de valor mais reconhecida no mundo, como reflexo dos Estados Unidos como Potência Mundial, procuram algum tipo de valorização. O ideal seria que se transformassem em investimentos produtivos, mas, dada a sua própria natureza, preferem aplicações com maior garantia de liquidez e rendimento. Muitos fatores contribuíram para a formação deste acúmulo de liquidez no mundo. Uma delas foram os excedentes dos países exportadores de petróleo na década de 70, quando o barril passou de US \$ 2,5 para perto de US \$30. Ficaram conhecidos como os pobres bilionários, pois não tinham, internamente, capacidade para gastar o que ganhavam. Depositaram seus petrodólares em bancos internacionais. A China, com seus enormes saldos comerciais nas últimas duas décadas é outra fértil fonte de liquidez internacional. Além destas, emergiram Fundos de Aposentadoria, tipo FGTS, de caráter geral, ou fundos privados como a PREVI, do Banco do Brasil, ou PETROS, dos funcionários da PETROBRÁS. Eles se constituem, necessariamente, como disponibilidades, com pequena capacidade de investimento produtivo. Finalmente, a própria concentração da renda, nas últimas décadas, bem indicada pelo economista francês Piketty, em seu “Capitalismo no Século XXI, contribuiu para esta verdadeira bolha financeira que atravessa *online* as rotas da valorização. graças à revolução eletrônica, que multiplicou no tempo e no espaço o processo de aplicação, gerando o referido descolamento da base real da economia. E aí, as ditas Agências de Classificação de Risco cumprem seu papel como consultores. São elas que detêm, não o poder de investir, mas de indicar as melhores aplicações, advertindo sobre os riscos. No caso, para a Agência S&P o Brasil deixou de ser uma aplicação segura, capaz de garantir o retorno dos almejados juros. Ou seja, anunciaram que podemos nos transformar em maus pagadores. Ruim. Acabou-se o “momento mágico” anunciado pelo ex-Presidente Lula, quando fomos declarados, em 30 de abril de 2008, um “país sério”. Mas ainda não há

nada fatídico. Primeiro, porque o Brasil dispõe de uma significativa reserva em dólares, independente dos déficits comerciais dos últimos anos. Segundo, o país, mesmo com dificuldades fiscais, está providenciando mecanismos para regularizar suas contas públicas, ainda sob o amargo remédio dos cortes de programas governamentais e aumento de impostos. Mas aqui não se trata de julgamento de mérito, apenas indicações de rumos. Além disso, o país tem condições de usar parte das próprias reservas internacionais, sem prejuízo de sua liquidez externa, para estancar o déficit público e, com isso retomar investimentos e regularizar pagamentos de dívida.

A perda do grau de investimento, portanto, pela Standard & Poor é importante para nos darmos conta da gravidade da situação em que nos encontramos. Mas não, ainda, a sirene que anuncia os bombardeios inimigos. Trata-se, pois, de tomá-la no que é: um sinal, já não mais amarelo. Vermelho...da cor do PT, mas em sentido contrário.

1-Confiança

Ligações externas[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

- [Índice de confiança do consumidor da FGV](#)
- [Índice de Confiança da Indústria com ajuste sazonal e sem ajuste sazonal da FGV.](#)
- [Índice de Confiança do Empresário Industrial - ICEI da CNI.](#)
 - FERRARI FILHO, Fernando. *Teoria Geral setenta anos depois: ensaios sobre Keynes e teoria pós-keynesiana*. Resenha Bibliográfica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, 263 p.

2Confiança

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Confiança é o ato de confiar na análise se um fato é ou não [verdadeiro](#), devido a experiências anteriores, entregando essa análise à fonte de estatísticas e opiniões de onde provém a [informação](#) e simplesmente considerando-a checando-a com outras informações a chamada cruzamento de informações. Se refere a dar crédito, considerar que uma expectativa sobre algo ou alguém será concretizada no futuro.

- ☞ Como exemplo simples temos na expectativa de votar em um [político](#) e/ou partido político no [Brasil](#). Se esse político é ou não é de confiança.

Aceitar a própria decisão de outra pessoa. Confiar em outro é muitas vezes considerado ato de [amizade](#) ou [amor](#) entre os humanos, que costumam dar provas dessa confiança. Sem essas provas, o indivíduo tende a basear-se apenas na informação dada (ou a falta dela) acabando por seguir provavelmente uma linha de pensamento longe da verdade.

Confiança é o resultado do conhecimento sobre alguém, da informação e de um sistema de inteligência. Quanto mais informações sobre quem necessitamos confiar, melhor formamos um conceito positivo da pessoa é o que [Sun Tzu](#) chama de confiança no desenvolvimento da [guerra](#), sendo fundamental, para a sobrevivência do [Estado](#) o chamado Sistema Nacional de Inteligência, vide a obra completa da "[Arte da Guerra](#)", de [Sun Tzu](#) Kong Fun Sen, nome completo do imperador chinês.

Surgimento[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

O grau de confiança entre duas pessoas ou mais, é determinado pela capacidade que elas têm de prever o comportamento uma da outra, dentro de uma nação. Tem como base experiências passadas que corroboram um padrão esperado, valores compartilhados percebidos como compatíveis. Também é "a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade". Quando isso ocorre, tenho condições de prever o comportamento do outro em uma dada circunstância. Confiança é [previsibilidade do comportamento](#) e bem - estar de um país - nação.

Ao observar o comportamento de alguém, somos capazes de identificar os valores que determinam por que as pessoas se comportam de uma determinada maneira, que seria a cultura. Portanto, quando digo que confio em alguém, estou querendo dizer que: a) pertencemos à mesma comunidade de valores ou cultura, e b) sei que ele estará tão orientado para atender a meus/nossos interesses quanto eu próprio estaria se estivesse no lugar dele. Quando isso acontece, as pessoas não negociam: elas são capazes de entregar um cheque em branco e assinado.

Assim, a quantidade e a freqüência das negociações podem ser indicadores de que nem tudo vai bem no país segundo [Sun Tzu](#). Se a oportunidade de negociar pode ser um indício de [relações democráticas](#) e igualitárias, o excesso de negociações é um indicador seguro de falta de confiança porque, no limite, quando eu confio totalmente, não negocio. Assim, quanto maior o número de negociações, menor a abertura entre os [interlocutores](#).

Exemplo[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

Mesmo quando duas pessoas possuem fortes [vínculos afetivos](#) - marido e mulher, comandantes e subordinados, rei e súditos, por exemplo -, existem situações em que eles têm de negociar, porque um não confia na decisão do outro e isso não tem, em princípio, nada a ver com honestidade, mas sim com a incapacidade de prever o comportamento do outro. Um exemplo: numa sexta-feira à noite, voltando para casa, o marido está planejando ir ao cinema, pois há um filme a que ele quer muito assistir. Ao mesmo tempo, a mulher deseja ir ao teatro. Se um deles deixar a decisão nas mãos do outro - em confiança -, o desfecho será ganha/perde. Se decidirem negociar, deverão

explorar os reais interesses em jogo, nos outros comportamentos entra o que se costuma chamar de corrupção. Se o que eles desejam realmente, o mesmo objetivo e/ou objetivos contrários, possivelmente cada um irá para seu lado provocando a desunião entre os casais e o caos da nação, segundo Sun Tzu Kong Fu Sen. Tecnicamente, pode-se dizer que, nesse caso, eles não confiam uns nos outros, ainda que em outras dimensões importantes do casamento/Estado a confiança seja total e irrestrita.

A rapidez na solução do impasse dependerá do grau de abertura existente entre os dois no casamento ou no caos da nação. Imagine que o marido/políticos temem abrir seus reais interesses para a mulher/povobrasileiro, com medo de magoá-la no caso da esposa e/ou escandalizar o povo brasileiro, no caso do político. Como resolver o impasse? Com abertura. Ou seja, quanto mais rápida e francamente eles revelarem o que desejam, mais facilmente poderão resolver esse problema particular e de Estado.

3Crise de confiança

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre. -

https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_de_confian%C3%A7a

Crise de confiança corresponde a um sentimento coletivo de insegurança com relação ao futuro, gerando crenças ou expectativas de um acontecimento de natureza política ou econômica. Esse sentimento coletivo pode, por si mesmo, precipitar tal acontecimento ou, pelo menos, aumentar a probabilidade de que este venha ocorrer, como uma profecia auto-realizável, conforme descrito por Robert K. Merton.

A história fornece alguns exemplos em que a deterioração do estado de confiança, notadamente no contexto de bolhas especulativas, acabou por gerar pânico e desorganização dos mercados, colapso de instituições financeiras, contaminando toda a economia, e dando lugar a períodos de recessão, mais ou menos longos, ou mesmo de depressão. Alguns episódios notáveis de pânico bancário ocorreram:

- durante a Grande Depressão (anos 1930), nos Estados Unidos ;
- durante a crise econômica argentina (1998-2002) ; o corralito foi utilizado pelo ministro da economia para deter o fenômeno;
- em setembro de 2007, uma mini corrida bancária envolveu a instituição britânica de crédito hipotecário Northern Rock, no contexto da crise dos subprimes.
- em julho de 2008, a falência do banco IndyMac (Califórnia) provocou uma corrida dos depositantes aos guichês de caixa.

As decisões sobre a realização de investimento produtivo dependem das previsões acerca dos lucros futuros e do estado de confiança nessas previsões ou expectativas. A formação de expectativas e a constituição de um certo "estado de confiança" resultam da observação empírica dos mercados e da psicologia dos negócios. Com base no chamado "estado de expectativas" os agentes irão basear suas decisões.

Na ausência do pleno conhecimento acerca de eventos que ainda estão por acontecer ou por imprecisão acerca da maneira como a economia funciona ou de como será afetada por ações de política econômica, os agentes formam expectativas com algum grau de confiança.

A incerteza é definida "... como uma situação na qual o conhecimento, devido à escassez de evidência, é incompleto ou não confiável como guia de conduta".^[1] Conforme observado por Keynes, a incerteza é um elemento do processo de formação das expectativas que não pode ser avaliado objetivamente. Assim, a variável relevante será o grau de confiança que os agentes atribuem às expectativas.

Nos momentos de incerteza ou de baixo grau de confiança nas expectativas, a decisão de investir é comprometida: os agentes preferem a liquidez da moeda a se arriscar em novos investimentos. A queda do nível de investimento restringe o crescimento da renda e do emprego, reforçando as expectativas pessimistas.

Na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (1936), Keynes defende que o investimento se expande até o ponto em que a eficiência marginal do capital (EMK) ou a expectativa de lucro se iguala à taxa de juros de curto prazo. Para o autor, quando ocorre uma crise de confiança na economia, nem mesmo um aumento de liquidez é capaz de reativar o investimento.



Manifestação contra o "corralito". Buenos Aires, 2002.

Nesse sentido, a reputação, a credibilidade e a transparência das autoridades governamentais - particularmente da autoridade monetária - são essenciais. Se a autoridade monetária tem uma boa reputação e atua de forma transparente, implementando políticas consideradas adequadas, ela pode melhorar o "estado

de expectativa" do setor privado, estimulando a realização de investimentos em [ativos fixos](#) - isto é, promovendo a troca de ativos líquidos por ativos menos líquidos.

Se os agentes econômicos têm maior acesso à informação acerca da economia, a confiança tende a aumentar. *A transparência da autoridade monetária é um elemento essencial para reduzir o nível de incerteza na economia, já que atenua a existência de informação assimétrica entre autoridade monetária e demais agentes econômicos.*^[2]

Para os keynesianos, portanto, a formação de expectativas e o nível de confiança dos agentes econômicos depende, em grande medida da autoridade monetária. As expectativas das empresas sobre a demanda futura são, por sua vez, determinantes das decisões de produção e investimento, as quais afetam decisivamente o nível do emprego e da produção.

Índice

[\[esconder\]](#)

- [1 Crise financeira e crise de confiança](#)
- [2 *Animal spirits*](#)
- [3 Referências](#)
- [4 Ver também](#)
- [5 Ligações externas](#)

Crise financeira e crise de confiança [\[editar\]](#) | [\[editar código-fonte\]](#)

Um quadro de [crise financeira](#) sistêmica só se configura se a crise de [crédito](#) der origem a uma crise de confiança.

A crise de confiança se manifesta pelo rápido aumento da preferência pela [liquidez](#), ou seja, as pessoas preferem liquidar seus [ativos financeiros](#), transformando-os rapidamente em dinheiro vivo.

Se essa tendência não for rapidamente contida por uma política [macroeconômica](#) capaz de restaurar a confiança, desencadeia-se um [comportamento de manada](#), isto é, mesmo as pessoas que ainda não têm razões objetivas para se desfazer dos seus ativos, tornam-se também vendedores apressados, apenas porque os que já sofreram perdas estão agindo assim. Esta prevenção individual, porém, em vez de proteger os portfólios, acaba por levar à [deflação](#) de todos os ativos em poder do público, ampliando a crise, que se espalha pela economia e contamina a própria economia real.

A sequência de [falências](#), intervenções e vendas sob estresse tende a espalhar a desconfiança e o medo não só no mercado financeiro, mas na sociedade em

geral, que passa a temer por suas economias, já que não tem informação segura sobre qual vai ser a "bola da vez".

As instituições sobreviventes também se retraem porque compartilham o clima de temor e desconfiança, e porque sua capacidade de empréstimo diminui quando seu capital se contrai. [Bancos](#) e [financeiras](#) passam a emprestar menos, empresas se veem sem [capital de giro](#) para produzir e consumidores deixam de adquirir bens duráveis porque não há crédito. Em suma, a economia real começa a esfriar, há uma desaceleração do crescimento econômico se desacelera ou pior - uma contração, com aumento do [desemprego](#) e risco de [recessão](#).^[3]

Animal spirits[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

A noção de *animal spirits*, segundo a visão keynesiana, remete a uma espécie de [intuição](#) que influencia o comportamento dos agentes econômicos e pode ser medida em termos de [confiança do consumidor](#). A confiança é parte ou está incluída nesses "[espíritos animais](#)". Essencialmente, na visão de Keynes, o funcionamento da vida econômica depende do estado de ânimo dos agentes e de suas expectativas, que não têm necessariamente uma base [lógica](#), mas derivam, em grande medida, do clima político e social. Na sua [Teoria Geral](#).^[4] ^[5] O texto de Keynes é:

"Além da instabilidade devida à especulação, existe a instabilidade inerente à natureza humana, de modo que uma grande proporção de nossas atividades positivas depende mais do otimismo espontâneo do que de expectativas matemáticas, quer sejam morais, hedonísticas ou econômicas. Provavelmente, a maior parte das nossas decisões de fazer algo positivo, cujas consequências somente serão completamente conhecidas muitos dias depois, só pode ser tomada como resultado dos espíritos animais - um estímulo espontâneo para a ação, em vez da inação - e não como resultado de uma média ponderada dos benefícios multiplicada pela probabilidade."^[6]

Referências

1. [Irparacima](#)↑ [DEQUECH, D. *Expectations and confidence under uncertainty*. Journal of Post Keynesian Economics, v. 21, n. 3, p. 67-68 Spring 1999.](#)
2. [Ir para cima](#)↑ [FEIJÓ, C. A. e MONTES, G.C. - "Reputação, credibilidade e transparência da autoridade monetária e o estado de expectativa". *In Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 2 \(30\), p. 151-170, ago. 2007. 160](#)
3. [Ir para cima](#)↑ [Dossiê da crise](#). Associação Keynesiana Brasileira, novembro de 2008."[Da Liberalização à Crise Financeira Norte-Americana:a morte anunciada chega ao Paraíso](#)", por Jennifer Hermann; "[Crise e Deflação de Ativos: por quê?](#)", por Maria de Lourdes

[Rollemberg Mollo; "Entendendo a Recente Crise Financeira Global", por Fernando Cardim de Carvalho.](#)

4. [Irparacima](#)↑ Matteo Pasquinelli, *Animal Spirits: A Bestiary of the Commons*, Rotterdam: NAI Publishers, 2008. [ISBN 978-90-5662-663-1](#)
5. [Irparacima](#)↑ George A. Akerlof and Robert J. Shiller, *Animal Spirits: How Human Psychology Drives the Economy, and Why It Matters for Global Capitalism*, Princeton University Press, 2009. [ISBN 978-1-4008-3012-1](#)
6. [Irparacima](#)↑ No original: *"Even apart from the instability due to speculation, there is the instability due to the characteristic of human nature that a large proportion of our positive activities depend on spontaneous optimism rather than mathematical expectations, whether moral or hedonistic or economic. Most, probably, of our decisions to do something positive, the full consequences of which will be drawn out over many days to come, can only be taken as the result of animal spirits - a spontaneous urge to action rather than inaction, and not as the outcome of a weighted average of quantitative benefits multiplied by quantitative probabilities."* John M Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, London: Macmillan, 1936, pp. 161-162.

Ver também [\[editar\]](#) | [\[editar código-fonte\]](#)

4 Joseph Stiglitz

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre. -

https://pt.wikipedia.org/wiki/Joseph_Stiglitz

(Redirecionado de [Joseph E. Stiglitz](#))

Joseph Stiglitz 

[Economia](#), [Economia da informação](#)



Nacionalidade  [Estadunidense](#)

Nascimento	9 de fevereiro de 1943 (72 anos)
Local	Gary, Indiana
Atividade	
Campo(s)	Economia , Economia da informação
Alma mater	Amherst College , Instituto de Tecnologia de Massachusetts
Prêmio(s)	Medalha John Bates Clark (1979),  Nobel de Economia (2001)

Joseph Eugene Stiglitz ([Gary](#), [9 de Fevereiro](#) de [1943](#)) é um [economista](#) [estadunidense](#).

Foi presidente do Conselho de Assessores Econômicos (*Council of Economic Advisers*)^[1] no governo do Presidente [Bill Clinton](#) ([1995-1997](#)), Vice-Presidente Sênior para Políticas de Desenvolvimento do [Banco Mundial](#), onde se tornou o seu [economista](#) chefe. Recebeu, juntamente com A. Michael Spence e George A. Akerlof, o [Prêmio de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel](#), também designado por "*Prêmio Nobel de Economia*"^[2] em [2001](#) "*por criar os fundamentos da teoria dos mercados com informações assimétricas*". Stiglitz defende a nacionalização dos bancos americanos^[3] e é membro da Comissão Socialista Internacional de Questões Financeiras Globais.^[4]

Stiglitz formou-se no [Amherst College](#) (B.A., 1964), em Amherst, Massachusetts, e no [Massachusetts Institute of Technology](#) (Ph.D., 1967), em Cambridge, Massachusetts. O estilo acadêmico característico do [MIT](#) - modelos simples e concretos, que objectivam responder questões econômicas relevantes - agradou a Stiglitz e muito contribuiu para o desenvolvimento do seu trabalho posterior.^[2] Foi agraciado pela Fullbright Commission com uma bolsa de estudos para [Cambridge](#), onde estudou de 1965 a 1966. Stiglitz lecionou em várias importantes universidades americanas, dentre elas [Yale](#), [Harvard](#) e [Stanford](#). Em 2001 Stiglitz tornou-se professor de economia, administração de empresas e negócios internacionais na [Columbia University](#) em Nova York.

Índice

[\[esconder\]](#)

- [1 Contribuições à ciência económica](#)
- [2 O prêmio](#)
 - [2.1 A Aula Magna](#)
- [3 Stiglitz, a eficiência do equilíbrio de mercados e o papel do Estado](#)

- 3.1 O exemplo de Stiglitz
- 3.2 Possíveis aplicações práticas dos teoremas de Stiglitz
- 4 Bibliografia
 - 4.1 Online
 - 4.2 Publicações
- 5 Publicações
- 6 Referências
- 7 Ver também
- 8 Ligações externas

Contribuições à ciência económica[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

Crítico severo e contundente dos "*fundamentalistas de livre-mercado*", Stiglitz tem permanentemente questionado o que chama de "*bases ideológicas*" que regem a maior parte das decisões econômicas mundiais. Isto torna-se mais evidente na sua polêmica com o [Fundo Monetário Internacional - FMI](#), a quem acusa de "empurrar" os países subdesenvolvidos a abrir seus mercados à competição externa antes que possuam instituições estáveis e democráticas para proteger seus cidadãos. A teoria que desenvolveu, e pela qual recebeu o prêmio Nobel, contesta frontalmente [Adam Smith](#): "*O conjunto de ideias que eu vou apresentar aqui solapou as teorias de [Smith](#) e a visão de governo que nela se apoiava. Elas sugeriram que a razão pela qual a [mão invisível](#) é invisível é por que ela não existe ou, quando existe, está parálitica*"^[6] Joseph E. Stiglitz, introdução à sua *Aula Magna*, por ocasião do recebimento do Prêmio Nobel (Estocolmo, 8/12/2001).

"Para a maior parte do [Mundo](#) a [globalização](#), como tem sido conduzida, assemelha-se a um pacto com o [demônio](#). Algumas pessoas nos países ficam mais ricas, as estatísticas do [PIB](#) - pelo valor que possam ter - aparentam melhoras, mas o modo de vida e os valores básicos da sociedade ficam ameaçados. Isto não é como deveria ser." Joseph E. Stiglitz ^[6] ^[7]

O foco de Stiglitz em [desenvolvimento econômico](#) e no uso de [déficits](#) para arrancar economias de recessões encontra paralelo em [Amartya Sen](#) e [Keynes](#). Sua defesa da criação de uma moeda global de reserva - para evitar os problemas atuais do uso do dólar americano como moeda de reserva - é realmente inovadora e certamente atrairá críticas de outros economistas mais ortodoxos.

Alguns analistas (como o professor de economia política da Universidade Estadual de Washington Gerald Houseman,^[8] que está escrevendo um livro sobre Stiglitz) chegaram a sugerir que: "*O mito formidável da 'livre-empresa', uma grande muleta para o sistema de crenças dos que acreditam ser a economia de mercado a quinta-essência, está morto desde 1986*"^[9] e um modesto economista, Joseph E. Stiglitz, juntamente com dois colegas ganhadores do prêmio Nobel de Economia, [George Akerlof](#) e [Michael Spence](#) deram a lancetada fatal em seu coração durante a '*Aula Magna*'^[10] de aceitação do prêmio, em Estocolmo (8/12/2001).^[8]

Stiglitz é considerado um economista [novo-keynesiano](#), tem-se dedicado a analisar o desenvolvimento econômico no mundo e seus estudos ^[10] contribuíram para o surgimento de uma corrente de pensamento que se denominou ^[10] ["novos desenvolvimentistas"](#). ^[11]

O mercado neoliberal fundamentalista foi sempre uma doutrina política a serviço de certos interesses. Nunca recebeu o apoio da teoria econômica. Nem, agora fica claro, recebeu o endosso da experiência histórica. Aprender essa lição pode ser a nesga de sol nas nuvens que hoje pairam sobre a economia global.

—JOSEPH E. STIGLITZ

[\[12\]](#)

O prêmio [\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

A Academia destacou que o trabalho de Stiglitz: *"esclareceu o tipo oposto de ajuste de mercado, onde agentes econômicos mal informados extraem informações dos agentes mais informados, como no caso da seleção praticada pelas companhias de seguro, que dividem seus clientes em classes de riscos, oferecendo um cardápio de contratos onde franquias maiores podem ser trocadas por descontos substanciais. Em várias contribuições acerca de diversos tipos de mercado, Stiglitz demonstrou que a 'informação assimétrica' pode ser a chave para se compreender muitos fenômenos observados nos mercados, inclusive desemprego e racionamento de crédito"* ^[10]

(...) As economias de mercado se caracterizam por um alto grau de imperfeições (...) Modelos econômicos mais antigos presumem a existência de informações perfeitas, mas mesmo pequenas imperfeições nas informações podem ter grandes conseqüências econômicas. Nossos modelos levaram em consideração a 'assimetria de informações', que é uma outra maneira de se dizer 'Algumas pessoas sabem mais do que outras. (...) Nosso sistema global se caracteriza por muitas desigualdades (...) Parece-me extremamente importante tratar dessas desigualdades. (...) Stiglitz também comentou que a *"Economia pode fazer a diferença"* para melhorar o padrão de vida das populações, sobretudo ao se focalizar *"nas diferenças entre os mais bem aquinhoados e os carentes"*.

A Aula Magna [\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

No dia 8 de dezembro de 2001, por ocasião do recebimento do prêmio Nobel, Stiglitz proferiu, na Universidade de Estocolmo, sua *Aula Magna* *"Informação e a Mudança no Paradigma da Economia"*, ^[10] onde resumiu as descobertas de suas pesquisas, num evento que, segundo o próprio Stiglitz e outros analistas, ^[8] possivelmente estaria destinado a significar uma mudança substancial nos tradicionais paradigmas da [Ciência Econômica](#).

Espero demonstrar que a "[Economia da Informação](#)" representa uma mudança fundamental no paradigma que prevalece na Economia. Problemas da informação são vitais para se compreender não só a economia de mercado mas também a economia política e, na última parte desta aula, eu analiso as implicações das imperfeições na informação para o processo político. Joseph E. Stiglitz, Aula Magna

Os modelos formais da [Economia](#) tradicional se constituem em modelos teóricos nos quais a informação é sempre considerada como sendo perfeita, por hipótese. Todos sabemos que a informação nunca é perfeita, mas a esperança desses modelos, segundo o ditado de [Alfred Marshall](#) "*Natura non facit saltum*", era de que as economias em que a informação não fosse muito imperfeita seriam parecidas com as economias nas quais a informação fosse perfeita. A maior contribuição da pesquisa de Stiglitz foi demonstrar que isso não é verdade: basta uma pequena imperfeição nas informações para causar um profundo efeito na natureza do equilíbrio econômico. O paradigma do século XX, o "*modelo econômico neoclássico*" ignorou os alertas dos economistas do século XIX, e de outros antigos mestres, sobre como considerações a respeito da informação podem alterar significativamente os resultados de suas análises teóricas.

Segundo o "*paradigma neoclássico tradicional*" os mercados são "[Pareto-eficientes](#)", exceto em alguns poucos casos enumerados, onde falhas de mercado ocorram. Segundo o novo "*paradigma da informação imperfeita*" formulado por Stiglitz e pelo qual ele ganhou o Prêmio Nobel, os mercados não são quase nunca "[Pareto-eficientes](#)". Se por um lado as descobertas de Stiglitz solapam antigos fundamentos da [Ciência Econômica](#), por outro lado elas explicam uma série de fenômenos que até então não tinham explicação pelos antigos modelos neoclássicos. Um resumo da *Aula Magna* de Stiglitz (em inglês), feito por *The American Economist* pode ser lido online no link.^[13]

 Ver artigo principal: [Economia da Informação](#)

Stiglitz, a eficiência do equilíbrio de mercados e o papel do Estado[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

Na economia tradicional, ou neoclássica, o conceito de que as economias competitivas seriam sempre conduzidas, por uma [mão invisível](#), à mais eficiente possível alocação de recursos, e deveriam assim atingir, automaticamente, a [eficiência de Pareto](#) através da livre competição e dos livres mercados é seu conceito mais central e importante. A economia neoclássica admite que o sistema de livre competição provoca grandes desigualdades na distribuição da renda, mas considera que estes efeitos podem ser compensados pela mera transferência de uma determinada soma fixa de renda dos mais bem aquinhoados para os menos favorecidos. São estes teoremas neoclássicos fundamentais que fornecem a justificativa

racional para a crença neoclássica nos livre-mercados e, ao mesmo tempo, faz com que os assuntos de distribuição da renda sejam tratados de forma completamente independente dos assuntos relativos à eficiência.

Entretanto, novas pesquisas da [Economia da Informação](#) já demonstraram que nenhum desses dois resultados, previstos pelos teoremas tradicionais da economia neoclássica, é verdadeiro. As primeiras pesquisas de Stiglitz já comprovaram, e lançaram as bases, do novo conceito de que as economias que sofrem "imperfeições de informação" (ou seja, todas) não podem atingir a [eficiência de Pareto](#), mesmo que se leve em conta os custos da obtenção da informação. Os estudos de Stiglitz revelaram que determinadas intervenções (governamentais) nos mercados poderiam beneficiar a [economia](#) como um todo e, por conseqüência, todos os indivíduos nela envolvidos. Stiglitz demonstrou que a aquisição de informação está longe de ser perfeita, bem como demonstrou que a maior parte dos ganhos obtidos através da obtenção de informação é composto por "rents", ou seja, ganhos de uns às custas de outros, o que não beneficia a economia como um todo.

Um dos argumentos mais usados para justificar a existência de mercados financeiros liberados é que isso favoreceria a competição para a obtenção de melhores informações; se alguém descobrir, por exemplo, que uma ação é mais valiosa do que sua cotação indica, poderia comprá-la antes que os demais descobrissem essa informação relevante, e realizar assim um ganho de capital. Mas a questão fundamental aqui não é saber se um investidor individual, por descobrir uma informação valiosa um nano-segundo antes dos demais, vai ficar mais rico. A questão que interessa saber é se a economia e a sociedade, como um todo, vão se beneficiar com isso: se essa obtenção de informação por um investidor esperto, um nano-segundo antes dos demais, não levar à uma mudança de decisões (por exemplo, de decisões relativas a investimentos reais) então esse ganho terá sido meramente re-distributivo, isto é, os ganhos dos que obtiveram a informação sendo realizados às custas dos outros. Para melhor ilustrar as conclusões desses estudos, Stiglitz lança mão de um simples exemplo de sala de aula.

O exemplo de Stiglitz[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

"Suponha que durante uma aula, como por milagre, 100 notas de 50 reais caíssem do forro, cada uma exatamente no pé esquerdo de cada aluno. Evidentemente os alunos poderiam esperar a aula terminar para apanhar o dinheiro a seus pés. Essa espera não alteraria em nada seus benefícios. Mas isso não seria um ["equilíbrio de Nash"](#): se todos os alunos fizessem isso, poderia ser beneficiado qualquer "espertinho" se agachasse imediatamente e apanhasse todas as notas que conseguisse do chão. Cada aluno individualmente, percebendo essa possibilidade, se abaixa para apanhar as notas ao mesmo tempo. O equilíbrio assim obtido não coloca nenhum dos alunos, nem a classe toda, em uma

situação melhor do que se tivessem todos aguardado o fim da aula para apanhar o dinheiro - mas criou um "custo social imenso"; nesse exemplo, representado pela interrupção da aula. Existem potencialmente muitas outras ineficiências geradas pela aquisição da informação." Stiglitz, "Aula Magna" ^[10]

Stiglitz descreveu, em seus primeiros trabalhos, como a existência de "assimetrias de informação" (i.é, uns saberem mais do que outros) pode destruir os mercados. Estes estudos preliminares provaram que quando os mercados estão ausentes, ou são imperfeitos, o equilíbrio de mercado pode ser "forçosamente Pareto ineficiente", o que equivale a dizer que, nessas circunstâncias, se não houvesse um "mercado", todos os participantes da economia seriam beneficiados. ^{[14] [15] [16]}

Possíveis aplicações práticas dos teoremas de Stiglitz[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

Se por um lado ninguém pode questionar a validade matemática provada pelos teoremas de Stiglitz *et al.*, por outro lado sua implicações práticas no campo da economia política e sua eventual aplicação em políticas econômicas na vida real tem sido objeto de grandes debates e divergências de opinião. O próprio Stiglitz parece estar readaptando continuamente seu discurso político-econômico, como se depreende pela diferença das posições expressadas em seu livro *Whither Socialism ?* (1994) em relação às adotadas em seus livros mais recentes.

"Uma vez que o conceito de informações imperfeitas e incompletas foi introduzido, os defensores do livre mercado da [Escola de Chicago](#) já não podem mais sustentar sua tese descritiva da [eficiência de Pareto](#) no mundo real. Portanto o uso, por Stiglitz, das hipóteses do equilíbrio das expectativas racionais, que levam a um mais perfeito entendimento do capitalismo do que a visão comum entre os teóricos da expectativa racional, nos conduz, paradoxalmente, à conclusão de que o [capitalismo](#) se desvia do modelo de uma tal maneira que justificaria a ação do estado --[keynesianismo](#)-- como remédio." ^[17]

O efeito da influência de Stiglitz é tornar a [Economia](#) mais presumivelmente intervencionista do que [Samuelson](#) propunha. [Samuelson](#) considerava as falhas de mercado como "exceções" à regra geral dos mercados eficientes. Mas os teoremas de Greenwald-Stiglitz postulam ser as falhas de mercado a "norma", e estabelecem que "os governos quase sempre podem potencialmente melhorar a eficiência da alocação de recursos em relação ao livre mercado." E o teorema de Sappington-Stiglitz "estabelece que um governo 'ideal' poderia atingir um maior nível de eficiência administrando diretamente uma [empresa estatal](#) do que [privatizando-a](#)." ^[18] (Stiglitz 1994, 179).^[17]

As objeções e críticas à adoção das políticas econômicas sugeridas pelas descobertas de Stiglitz não provém da [Economia](#) propriamente dita, mas têm origem principalmente dentre os cientistas políticos, e fazem parte do campo da [Sociologia](#). Assim, David L. Prychitko, ao fazer uma resenha do livro de Stiglitz *Whither Socialism ?*, declarou que embora a visão econômica de Stiglitz seja substancialmente correta, ela deixa em aberto dúvidas de importante natureza constitucional e indaga quais seriam os mecanismos capazes de conter o poder coercitivo de um Estado intervencionista e como deveriam ser as relações entre esse Estado e a sociedade civil.^[19]

Bibliografia[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

Online[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

Em português

- [ALDRIGHI, Dante Mendes. *Uma avaliação das contribuições de Stiglitz à teoria dos mercados financeiros*. Rev. Econ. Polit. vol.26 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2006 ISSN 0101-3157](#)
- [LASTRES, Helena Maria Martins e FERRAZ, João Carlos. *Economia da Informação, do Conhecimento e do Aprendizado*, Capítulo I, in: *Informação e globalização na era do conhecimento*, Helena M. M. Lastres, Sarita Albagli \(organizadoras\). — Rio de Janeiro: Campus, 1999.](#)
- [STIGLITZ, Joseph E. *The pact with the devil*. Beppe Grillo's Friends interview](#)

Em inglês

Publicações[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

- STIGLITZ, Joseph E. e GREENWAL, Bruce. *Rumo a um Novo Paradigma em Economia Monetária*. Francis, 2004

Publicações[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

Em português

- [A Globalização e seus Malefícios](#). São Paulo: Futura Editora, 2002. [ISBN 8574131210](#)
- [Introdução à Microeconomia](#). São Paulo: Campus, 3a.edição, 2003. [ISBN 853521044X](#)
- [Introdução à Macroeconomia](#). São Paulo: Campus, 3a.edição, 2003. [ISBN 8535210547](#)
- [Os exuberantes anos 1990](#). São Paulo: Companhia das Letras, 2003. [ISBN 8535904328](#)

- *Livre Mercado Para Todos*. São Paulo: Campus Editora, 2006. [ISBN 8535221794](#)
- *Rumo a um novo paradigma*. São Paulo: Francis, 2004. [ISBN 8589362418](#)

Em inglês (parcial)

- (em [inglês](#)) STIGLITZ, Joseph E, *Economics of Information and the Theory of Economic Development*," Revista de Econometria, 5(1), April 1985: pp. 5–32.
- [STIGLITZ, Joseph. *More Instruments and Broader Goals: Moving Toward the Post-Washington Consensus*. The 1998 WIDER Annual Lecture. Helsinki, Finlândia, 07/1/1998.](#) (em [inglês](#))
- (em [inglês](#)) STIGLITZ, Joseph E. *Principles of Financial Regulation: A Dynamic Portfolio Approach*. The World Bank Research Observer, 16 (1), Spring, 2001: 1-18.
- [STIGLITZ, Joseph E. *Prize Lecture: Information and the Change in the Paradigm in Economics*](#). Joseph E. Stiglitz proferiu sua aula de aceitação do Prêmio Nobel em 8 de dezembro de 2001, na Aula Magna, Universidade de Estocolmo. Foi apresentado por Lars E.O. Svensson Chairman of the Prize Committee. (em [inglês](#))
- [STIGLITZ, Joseph E. *A Second Chance for Brazil and the I.M.F.* *New York Times*](#); Editorial Desk Late Edition - Final, Section A, Page 23, Column 2, 14/08/2002.
- [STIGLITZ, Joseph E. *There is no invisible hand*](#). London: The Guardian Comment, December 20, 2002.
- [STIGLITZ, Joseph E. *Applications of the new paradigm*](#). Article Excerpt, American Economist, 22-MAR-04 (em [inglês](#))
- (em [inglês](#)) STIGLITZ, Joseph E. *Making Globalization Work*. New York, London: W. W. Norton, 2006. [ISBN 0393061221](#)
- Stiglitz, Joseph E., [The Price of Inequality](#) (O Preço da Desigualdade), Nova Iorque, W.W. Norton & Company, 2012. [ISBN 0393345068](#)

5Economia da informação

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre. -
https://pt.wikipedia.org/wiki/Joseph_Stiglitz

Economia da Informação é um campo de estudos interdisciplinar entre a [Economia](#), a [Ciência da informação](#) e a [Comunicação](#) que trata da [informação](#) como mercadoria e bem de produção necessária às atividades econômicas no sistema [capitalista](#) pós-industrial. A **Economia da Informação** assumiu uma grande importância após a publicação dos trabalhos seminais de [Greenwald](#) e [Stiglitz](#)^[1] (1986), que a tornaram um subdisciplina da [Economia](#) e culminaram com a outorga de um [Prêmio de Ciências Econômicas](#) (Nobel), em 2001, a seus idealizadores.

 Ver artigo principal: [Joseph E. Stiglitz](#)

Índice

[\[esconder\]](#)

- [1Conceito](#)
- [2Assimetria da Informação](#)
- [3Globalização e informação](#)
- [4Ver também](#)
- [5Ligações externas](#)
- [6Referências](#)
- [7Bibliografia](#)
 - [7.1Online](#)

Conceito[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

[Mattelart](#) (2002) relata o ponto de encontro da Ciência Econômica com a Ciência da Informação, atribuindo ao economista austríaco radicado nos EUA [Fritz Machlup](#) esta convergência. Foi Machlup (1962) quem produziu o primeiro estudo, envolvendo evidências empíricas lastreadas nos modelos teóricos de economia, de que existia uma nova categoria econômica de riqueza, que se sobressaía dos segmentos tradicionais da economia até então conhecidos. Nesse estudo, Machlup identifica uma elevada participação, no PIB norte-americano, de um novo segmento, que denominou de “indústria do conhecimento”. É este economista quem inicialmente fornece uma contribuição singular na ligação da informação e do conhecimento com a economia e alerta amplamente de que a informação já estava consolidada como processo no modo de produção capitalista.

Embora já existissem as bases da inserção da informação como elemento da esfera econômica no modo de produção capitalista, como já pudemos observar pelo relato transcrito de Dantas (2002), elas passam a ser notórias e a merecer mais atenção a partir do estudo de Machlup originado na década de 1960. Paralelamente a estes fatos, em 1962 foi publicado pela Rand Corporation um relatório que viria a se consolidar como o grande processo da gênese do suporte para as redes atuais e que mudaria de vez o conceito da dinâmica da informação. O relatório de autoria de Paul Baran, intitulado “On distributed communications network”, patrocinado pela Força Aérea norte-americana, viria a mudar o conceito da unidade de informação central e única. A averiguação de Baran apontava que as possíveis soluções para a proteção dos sistemas de comunicações deveriam passar necessariamente pela descentralização das

unidades de informação militar. Algumas das suas considerações principais indicavam como solução: a necessidade premente da exclusão do ponto central, ou seja, uma rede descentralizada e espalhada em vários pontos ou “nós”. Todos os pontos da rede seriam semelhantes e equiparados em status de importância. Cada unidade deveria possuir sua própria autoridade e seria autônoma para produzir, transmitir e receber mensagens. Nascia assim o princípio de algo que revolucionaria os conceitos de comunicação e informação e que foi denominado posteriormente de Internet.

A proposta de Baran esbarrava no problema de como construir sua rede dinâmica e torná-la veloz. Era exatamente nesse contexto que as idéias de Bush se encaixavam. A solução ao problema de Baran, delineia-se ainda, na década de 1960. Estava implícita no conceito criado pelo sociólogo norte americano, Theodore Nelson, que influenciado pelas idéias de Bush criaria o conceito de “hipertexto”.

As idéias de Bush e Nelson viriam a se concretizar somente no início da década de 1990, quando da criação do código linguagem HTML por Tim Berners-Lee. Uma verdadeira revolução, pois tal fato, promoveria definitivamente a criação da “rede de computadores de alcance mundial” pela World Wide Web (www). A dinâmica informacional se transformaria definitivamente a partir desse contexto. A descentralização, a universalidade e o armazenamento de informação se incorporariam irreversivelmente à velocidade da tecnologia. Essa evolução na estrutura conceitual do emprego da informação, definitivamente incorporada à tecnologia de comunicação, viria a viabilizar toda a transformação da lógica do modo de produção Capitalista Industrial na década de 1990.

Esta nova lógica de racionalização, informação e tecnologia, possibilitam definitivamente a mudança do modelo de produção baseado no fordismo, para o toyotismo. Os grandes conglomerados industriais passam a articular sua produção em amplas plantas industriais alocadas em diferentes locais do planeta. A integração dessa produção passa a se viabilizar pelos fluxos de informação conduzidos por redes globais. A mobilidade e flexibilidade do processo, não permitem que sejam recriados mecanismos de reabsorção de mão-de-obra de baixa qualificação, mesmo com a expansão dos mercados. A descentralização industrial e a descontinuidade geográfica aparecem, como trunfo do Capital e como barreiras para o trabalho. Causam violentos impactos nas estratégias sindicais dos países ricos.

O alinhamento do tripé economia, informação e capital evidencia-se de maneira clara na década de 1990, principalmente quando observamos o endurecimento e as fortes pressões dos países ricos nas leis de propriedade intelectual. Leis estas que tornaram o conhecimento científico e os bens culturais valorizados pelas patentes e pelo direito autoral. O que transformou o conhecimento em mercadoria nobre promovida pela força da nova indústria, a qual na década de 1990 se revela também rentista. Tal fato, segundo denuncia Hugh Lacey, seria inerente ao modelo neoliberal que necessita rapidamente realizar os lucros, retornando os investimentos feitos em pesquisa.

Este alinhamento da informação à economia e ao capital a que nos referimos não fica na esfera da definição simplista de McCreddie e Rice, da mercantilização da informação. Esta disposição à qual nos referimos pode ser constatada mais profundamente pelo próprio surgimento e desenvolvimento do núcleo de uma nova área da Economia: a “Economia da Informação”, núcleo este que de certa forma já tinha sido renunciado por Machlup. É um fato podermos observar ao longo da história que, quando especificamente teóricos da Economia adentram novos núcleos de estudo, é porque os fenômenos de riqueza estão envolvidos.

Assimetria da Informação[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

É pela teoria deste novo núcleo da Economia, denominado de Teoria da Assimetria da Informação ou dos Mercados de Informação Assimétrica, que se evidencia a preocupação científica com relação aos mercados, mas do mercado para o mercado, como estrutura de riqueza e não como estrutura assimétrica de uma análise de distribuição de riqueza. Os economistas norteamericanos George Akerlof, Michael Spence e [Joseph E. Stiglitz](#)^[2] evidenciaram, empiricamente, que os mercados são imperfeitos porque seus atores não possuem as mesmas condições de processar, interpretar e utilizar informações, mesmo que as informações sejam de domínio coletivo. Os modelos econômicos neoclássicos tradicionais presumem a existência de informações perfeitas para todos os participantes do mercado. Todos sempre souberam que as informações nunca são perfeitas, mas imaginava-se que, se a informação não fosse muito imperfeita, a economia real se comportaria de um maneira muito semelhante à indicada pelos modelos teóricos. A maior contribuição da pesquisa de [Stiglitz](#) foi demonstrar que isso não é verdade: basta uma pequena imperfeição nas informações para causar um profundo efeito na natureza do equilíbrio econômico

Já James Mirrlees (Universidade de Cambridge, Inglaterra) e William Vickrey (Universidade de Colúmbia, Estados Unidos) realizaram também pesquisa nessa área nuclear da Economia, tendo apresentado exemplos de grupos que, na sociedade, detêm mais informações que outros, e podem usá-las estrategicamente, provocando distorções no mercado. Criticaram, então, os modelos teóricos de equilíbrio da economia, que não previam as situações de possibilidade de distorções nos mercados.

O fato é que a economia mais lastreada na informação contribuiu sobremaneira no reforço do caráter especulativo, estrategicamente circulando pelos mercados dos países de economia periférica, resultando num processo brutal de “financeirização” da economia com ênfase no domínio dos sistemas econômicos nacionais.

Globalização e informação[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

Com o avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos, debilitaram os sistemas econômicos nacionais (FURTADO, 1998, p. 38). Sem contar que a mobilidade excessiva de capitais de curto prazo gerou três tipos de problemas para a gestão governamental macroeconômica, a

saber: perda de autonomia na condução da política monetária, aumento da fragilidade externa da economia e tendência a uma flutuação cambial exacerbada em consequência dos grandes fluxos de capitais.

As agências de informação de *rating risk* nunca foram tão utilizadas. Os *ratings* divulgados sobre riscos relativos dos países emergentes, como o Brasil, passaram a representar informações para otimizar a renda do capital. Tais informações eram e são usadas de forma estratégica em favor dos grandes investidores internacionais, provocando inclusive distorções no mercado. Toda vez que alguma das agências eleva os referidos *ratings*, economias inteiras são afetadas.

Bancos Centrais dos países periféricos tentam se entrincheirar e armar defesas contra os “ataques especulativos à moeda” com ilusórias medidas ortodoxas sem muito sucesso.

Neste novo tipo de guerra novas vítimas surgem: em vez dos mortos e feridos tradicionais, a mortalidade da pobreza, a exclusão dos incluídos se fazem presente, pela própria e brutal transferência de renda ocasionada pela renda do capital volátil.

Podemos observar caso recente no Brasil que, por motivos políticos, diga-se eleições presidenciais em 2002, teve seu *rating risk* elevado, sofrendo consequências econômicas em função da informação.

Ver também[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

- [Arquitetura de informação](#)
- [Fluxo de informação](#)
- [Globalização](#)
- [Joseph E. Stiglitz](#)
- [Novas tecnologias de informação e comunicação](#)
- [Sociedade da informação](#)

Ligações externas[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

- [ULEPICC](#) - União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura
- [Relatório Anual sobre Economia da Informação](#) (UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)

Referências[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

1. [lrparacima](#)↑GREENWALD, Bruce and STIGLITZ, Joseph E. 1986 *Externalities in Economies with Imperfect Information and Incomplete Markets*, Quarterly Journal of Economics, no. 90.
2. [lrparacima](#)↑STIGLITZ, Joseph E. [Prize Lecture: Information and the Change in the Paradigm in Economics](#). Joseph E. Stiglitz held his Prize Lecture December 8, 2001, na *Aula Magna*, Universidade de

[Estocolmo. Stiglitz foi apresentado por Lars E.O. Svensson, Chairman da Comissão do Prêmio Nobel.](#)

Bibliografia[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

Online[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

Em português

- [ALDRIGHI, Dante Mendes. *Uma avaliação das contribuições de Stiglitz à teoria dos mercados financeiros*. Rev. Econ. Polit. vol.26 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2006 ISSN 0101-3157](#)
- [LASTRES, Helena Maria Martins e FERRAZ, João Carlos. *Economia da Informação, do Conhecimento e do Aprendizado*, Capítulo I, in: *Informação e globalização na era do conhecimento*, Helena M. M. Lastres, Sarita Albagli \(organizadoras\). — Rio de Janeiro: Campus, 1999.](#)

Em inglês

- (em [inglês](#)) [STIGLITZ, Joseph E., *Economics of Information and the Theory of Economic Development*,” Revista de Econometria, 5\(1\), April 1985: pp. 5–32.](#)
- (em [inglês](#)) [STIGLITZ, Joseph E. *Prize Lecture: Information and the Change in the Paradigm in Economics*. Joseph E. Stiglitz held his Prize Lecture December 8, 2001, na *Aula Magna*, Universidade de Estocolmo. Stiglitz foi apresentado por Lars E.O. Svensson, Chairman da Comissão do Prêmio Nobel.](#)
- (em [inglês](#)) [STIGLITZ, Joseph E. *Applications of the new paradigm*. Article Excerpt, American Economist, 22-MAR-04](#)

Sociedade da informação

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.-

https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_da_informa%C3%A7%C3%A3o

Ao longo da história o homem tem criado os mais diversos meios e ferramentas para comunicar, e deste modo melhorar os seus padrões atuais de vida. Diante das suas criações, hoje as conclusões a tirar são complexas e pouco exactas. Se por um lado as suas criações lhe conferem um melhor modo de vida (como a criação de transportes, comunicações, etc.), são precisamente estas criações que o destroem (a poluição, desemprego, etc.).

Assim, assistimos a um desenvolvimento tecnológico, independente e autónomo, sem necessitar de ser controlado pelo homem (o seu criador). Ou

como mais recentemente a ciência nos afirma: “o desenvolvimento tecnológico avança tão rápido que o homem não o consegue alcançar”.

Índice

[\[esconder\]](#)

- [1 Sociedade da Informação](#)
- [2 Adaptação do homem a um novo paradigma de sociedade](#)
- [3 Relação dos jovens com a Sociedade da Informação](#)
- [4 Consequências](#)
- [5 Bibliografia](#)
- [6 Ver também](#)
- [7 Ligações externas](#)

Sociedade da Informação[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

Um dos primeiros a desenvolver o conceito de sociedade da informação foi o [economista Fritz Machlup](#). Em 1933, Machlup começou estudando o efeito das patentes na pesquisa. Seu trabalho culminou no importante estudo "The production and distribution of knowledge in the United States" em 1962. Este livro foi [amplamente considerado](#) e foi traduzido para o [russo](#) e [japonês](#).

O problema da tecnologia e seu papel na sociedade contemporânea tem sido discutido na literatura científica usando uma série de rótulos e conceitos. Ideias de um conhecimento ou informação econômica, sociedade pós-industrial, sociedade pós-moderna, revolução da informação, capitalismo da informação têm sido debatidas nas últimas décadas.

Sociedade da Informação é um termo - também chamado de [Sociedade do Conhecimento](#) ou [Nova Economia](#) - que surgiu no fim do Século XX, com origem no termo [Globalização](#). Este tipo de sociedade encontra-se em processo de formação e expansão.

A [sociedade](#) não é um elemento estático, muito pelo contrário, está em constante mutação e como tal, a sociedade contemporânea está inserida num processo de mudança em que as novas tecnologias são as principais responsáveis. Alguns autores identificam um novo paradigma de sociedade que se baseia num bem precioso, a informação, atribuindo-lhe várias designações, entre elas a Sociedade da Informação.

Este novo modelo de organização das sociedades assenta num modo de desenvolvimento social e econômico onde a [informação](#), como meio de criação de [conhecimento](#), desempenha um papel fundamental na produção de riqueza e na contribuição para o bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos. Condição para a Sociedade da Informação avançar é a possibilidade de todos poderem aceder às [Tecnologias de Informação e Comunicação](#), presentes no nosso cotidiano que constituem instrumentos indispensáveis às comunicações pessoais, de trabalho e de lazer.

[Adaptação do homem a um novo paradigma de sociedade](#)[\[editar | editar código-fonte\]](#)

Mas por outro lado, esta sociedade poderá ser a culpada por grandes diferenças sociais, tendo em conta o seu grau de exigência. Visto que é uma sociedade que vive do poder da informação, tendo como base as novas tecnologias ela poderá ser muito discriminatória, quer entre países, quer internamente, entre empresas, entre pessoas. Até algum tempo atrás, o saber ler e interpretar textos, bem como efectuar cálculos matemáticos simples, era obrigatório para se viver em harmonia e bem-estar na sociedade, este novo cenário mudou e as necessidades de qualificações profissionais e académicas aumentaram consideravelmente.

O ser humano tem a aptidão de se adaptar e como tal, as pessoas devem ter uma atitude flexível, com conhecimentos generalistas, capazes de se formarem ao longo da vida de acordo com as suas necessidades e que dominem as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). A sociedade exige da escola pessoas com uma formação ampla, especializada, com um espírito empreendedor e criativo, com o domínio de uma ou várias línguas estrangeiras, com grandes capacidades para resolução de problemas.

[Relação dos jovens com a Sociedade da Informação](#)[\[editar | editar código-fonte\]](#)

Os jovens adquirem vários conhecimentos fora da escola, pois eles estão autointegrados neste novo paradigma de sociedade, preferindo por vezes o aconchegante lar, com todas as tecnologias à disposição, à escola enfadonha e obsoleta. É importante a escola tornar-se mais atractiva e em sintonia com as novidades tecnológicas.

Face a esta situação, já tem vindo a surgir alguns projectos, como por exemplo, [One Laptop Per Child](#), projecto da autoria de [Nicholas Negroponte](#), cientista Americano, formado em arquitectura, é um dos fundadores e professor do [Media Lab](#), o laboratório de multimédia do [Massachusetts Institute of Technology](#) (MIT), onde é financiado por mais de 105 empresas, incluindo as maiores corporações dos Estados Unidos da América e as grandes empresas da indústria do entretenimento.

Com grande reconhecimento no mundo da informática, fundou a OLPC, uma organização sem fins lucrativos que pretende assegurar a possibilidade de todos os estudantes terem o seu próprio portátil com vista a melhorar o seu nível de educação e a propiciar a sua entrada na nova era do conhecimento.

A ideia de Nicholas Negroponte é produzir um portátil de baixo custo que tenha distribuição maciça, chegando às crianças de todo o Mundo, incluindo aos lugares mais remotos de países como a Nigéria, o Brasil, a China, a Tailândia, o Egipto ou a África do Sul.

Capaz de se ligar à Internet sem utilizar cabos, o computador poderá funcionar através de corrente eléctrica, com pilhas e também através de um pedal

gerador de energia. Este pedal, que inicialmente era uma manivela lateral, deverá liga-se ao transformador de energia, permitindo que as crianças de localidades mais remotas, como pequenos acampamentos sem electricidade, possam também utilizar o computador.

Os portáteis deverão começar a ser distribuídos durante o primeiro trimestre de 2007, por um preço inicial de 135 dólares, que descerá para 100 dólares em 2008 e apenas 50 dólares a partir de 2010. Estes computadores não vão estar disponíveis para a venda ao público, sendo apenas distribuídos nas escolas, através de iniciativas governamentais.

A sociedade tenderá a ser cada vez mais competitiva, criando mais riqueza e consequentemente qualidade de vida, tornando-se numa sociedade mais livre evitando a exclusão do cidadão convidando-o a participar. Mas para que isto seja possível e não se criem maiores dissimetrias sociais, as políticas educativas desempenham um papel primordial. Assim, a escola assume um papel fundamental na Sociedade da Informação, dotar o homem de capacidades para competir com o avanço tecnológico, condicionando-o, de maneira a que este avanço não seja autónomo, e possa ser controlado, de modo, a que sejam as nossas necessidades a corresponder ao desenvolvimento tecnológico e não o desenvolvimento tecnológico a moldar as nossas necessidades.

Consequências[\[editar\]](#) | [\[editar código-fonte\]](#)

Os aspectos positivos são visíveis, tal como a melhoria da nossa qualidade de vida. Com a introdução de máquinas e robôs nas indústrias tem-se aumentado a taxa de desemprego, mas a transição por vezes tem estas consequências. Com o nascimento de um novo sector, denominado de quaternário, cujo bem mais importante é a informação, assistimos a mudanças profundas na sociedade. A taxa de desemprego continua a aumentar com o desaparecimento de algumas profissões, entre outros factores. A perda de postos de trabalho, a extinção de algumas profissões, e a reconversão de outras até serem substituídas por novas, decorre um longo período de adaptação, que se poderá estar a viver neste momento, sendo difícil analisar as transformações quando estão a acontecer sem o tempo necessário para verificar as consequências.

Economia

A competitividade exige performance de desempenho profissional, flexibilidade apostando-se na qualidade do produto ou serviço final em detrimento do processo. A caneta e o papel estão claramente a ser substituídos pelas capacidades oferecidas pela informática, quer em termos de hardware como de software. As facilidades que as tecnologias trazem têm vindo a aumentar o nível de complexidade da informação e o seu respectivo tratamento. Com a Internet existe a troca de fluxo vivo de informação. A economia também é influenciada por este processo.

Bibliografia[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

- POLIZELLI, Demerval e OZAKI, Adalton (organizadores). "Sociedade da Informação". Editora Saraiva, 2007.
- "Sociedade da Informação", Fundação Portugal Telecom LTDA(<http://fundacao.telecom.pt>).
- M. Margarida Marques, Joana Lopes Martins, "Jovens, Migrantes e a Sociedade da Informação e do Conhecimento", Alto-comissariado para a imigração e minorias étnicas (<http://www.oi.acime.gov.pt/>).

Ver também[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

- [Sociedade](#)
- [Cúpula Mundial da Sociedade da Informação](#)
- [Gestão do Conhecimento](#)
- [Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação](#)

Ligações externas[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

- VIEIRA, Elianete. [O INÍCIO DA DESCOBERTA](#), Ed.1. São Paulo: Scortecci, 2013.
- [CRIS](#) - Communications Rights in the Information Society (campanha internacional pelos Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação)
- [Internews](#) - ONG de capacitação e treinamento para democratizar o acesso à informação
- [IFEX](#) - Intercâmbio Internacional de Liberdade de Expressão
- [CMD](#) - Centro para Mídia e Democracia (EUA)
- [Título ainda não informado \(favor adicionar\)](#) - Actividades da UE
- *DataGramaZero - Revista de Informação - v.12 n.5 out/11*
ARTIGO 01
- ---

7Sociedade do Conhecimento: características, demandas e requisitos

KnowledgeSociety: characteristics, demandsandrequirements

http://www.dgz.org.br/out11/Art_01.htm

por Gisele Dziekaniak e Aires Rover

Resumo: Este ensaio define características, requisitos e demandas que identificam a Sociedade do Conhecimento, baseada no uso compartilhado de recursos, na construção coletiva de conhecimento, na interação livre de restrições de espaço e tempo e, na valorização do direito à informação, às tecnologias de informação e comunicação e à educação, como um bem comum. Traça um breve percurso histórico do desenvolvimento dos termos adotados sobre a “nova sociedade”, além de tecer um paralelo entre Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento, buscando explicitar

necessidades e requisitos para se chegar à Sociedade do Conhecimento. Defende a importância da informação, como um bem social, discordando do modo com a atual Sociedade da Informação a considera: como matéria-prima para o desenvolvimento da livre concorrência econômica, sem atribuir a devida importância ao desenvolvimento cultural e social da humanidade. Aponta que é necessário o desenvolvimento de políticas públicas que primem pela liberdade e acesso à informação e pelo provimento de espaços que fomentem o estabelecimento da comunicação e da tomada de decisão pelo cidadão comum. Defende a necessidade de desenvolvimento de projetos em governo eletrônico e políticas públicas que, capturem os interesses da sociedade porque, qualquer sociedade que pretende evoluir e se desenvolver em todos os setores, necessita saber utilizar e projetar, através das tecnologias. Logo, a inclusão digital, inclusive do governo, não pode ser uma opção, é preciso ser realidade para o desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento.

- **Palavras-chave:** sociedade da informação; sociedade do conhecimento; demandas da sociedade do conhecimento; políticas públicas; educação; tecnologias da informação e comunicação.

Abstract: This essay defines characteristics, requirements and demands identify the Knowledge Society based on shared use of resources and the collective construction of knowledge, interaction-free constraints of space and time, and in appreciation of the right to information, information technology and communication and education as a common. Traces a brief history of development of the terms adopted on the "new society", and make a parallel between Information Society and Knowledge Society, and endeavors to needs and requirements to arrive at the Knowledge Society. Advocates the importance of information as a social good, disagreeing with the mode with the current Information Society to consider: as raw material for the development of free economic competition, without considering the importance of social and cultural development of mankind. Points it is necessary to develop public policies that excel by freedom and access to information and to fill spaces that foster the establishment of communication and decision making by citizen common. As well, advocates the need to develop projects in electronic government and public policies that capture the interests of because society, any society that aims to evolve and develop in all sectors, need to know to use and design, through technologies. Soon, digital inclusion, including the government, can not be an option, you must be a reality for the development Knowledge Society. **Keywords:** information society; knowledge society; demands of the knowledge society; public policies; education; information technology and communication.

Introdução

Este ensaio pauta-se, primeiramente, em realizar uma análise genérica do como é e está a sociedade contemporânea (*Sociedade da Informação*), onde a manipulação e o domínio das tecnologias detêm a cena, para posteriormente focar nos aspectos mais concretos, através de mudanças em áreas, como por exemplo, os direitos fundamentais (*principalmente na educação e no direito à*

comunicação), o mundo do trabalho, a economia, a cultura e a política, culminando então em uma síntese sobre as principais características e demandas necessárias para que a sociedade evolua e atinja o status de Sociedade do Conhecimento.

Reconhece-se a importância das revoluções que ocorreram ao longo da história, desde o desenvolvimento da imprensa, passando pela revolução agrícola, revolução industrial e pós-industrial, com a primazia das tecnologias da informação e comunicação interferindo nos meios de produção, tendo como uma de suas resultantes, o desenvolvimento das forças mercadológicas e, infelizmente, o fortalecimento das diferenças sociais. Ao se tentar esboçar visões e conceitos a respeito da Sociedade da Informação e sobre a Sociedade do Conhecimento, recorre-se a autores das ciências sociais, da economia e da ciência da informação e comunicação, e, embora tente, não consegue desvincular a relação do conceito de Sociedade da Informação e de Sociedade do Conhecimento, da influência direta do uso e planejamento das tecnologias da informação e comunicação pelas pessoas e Governos.

Logo, pretende-se fomentar a ideia de que, as tecnologias da informação e comunicação, sejam bem utilizadas e geridas com o objetivo de garantir a disseminação da informação a todos os tecidos sociais, a fim de que se consiga promover a revolução da informação para todos, auxiliando no desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento, com a ajuda das possibilidades ofertadas pelas tecnologias da informação e comunicação. Assume-se que, a construção destes conceitos de sociedades, somente é possível, ao se aceitar a importância da manipulação das tecnologias da informação e comunicação permeando todas suas facetas, desde a social, passando pela cultural, científica, até culminar na política e econômica, uma vez que, a informação e o conhecimento, matérias-primas indispensáveis para a construção da nova sociedade, encontram-se em grande parte arquivados, tratados, gerenciados e manipulados, no formato tecnológico. Aborda-se a seguir, um breve relato sobre a evolução dos conceitos, de forma diacrônica, na tentativa de classificar em que momento histórico começou a serem desenhados, os primeiros movimentos em direção à denominação: “*Sociedade da Informação*” e “*Sociedade do Conhecimento*”.

Histórico dos termos Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento, e seus termos correlatos

As primeiras manifestações a respeito de uma nova sociedade, que seria baseada nas potencialidades da informação, inclusive como geração de riqueza, foi manifestada por [Bell](#) (1978) de acordo com [Burch](#) (2005) e [Nehmy& Paim](#) (2002). Com base nesses autores, apesar de Bell não ter proposto a nomenclatura de Sociedade da Informação, foi ele quem trouxe para discussão as alterações realizadas com base nas tecnologias. Bell (1978) segundo [Nehmy& Paim](#) (2002) desenvolveu algumas teses para a nova sociedade. Segundo ele, elas estavam baseadas em critérios como a alteração no setor de serviços - uma vez que cresceriam os cargos vinculados ao conhecimento; o conhecimento iria servir como mola propulsora de concorrência entre empresas, de forma que pesquisa e desenvolvimento e

inovações tecnológicas passariam a ser o centro da atenção dos países que buscam o desenvolvimento; a criação de uma “elite do conhecimento”, que seria a classe dominante nesta sociedade, ou seja, quem detivesse conhecimento, deteria o poder; o estreitamento entre interesses econômicos e o conhecimento; o deslocamento da importância do conhecimento humano para a importância em transmutar estes conhecimentos para dentro de computadores.

Ao que os fatos indicam e demonstram essa sociedade prevista por ele, alcança na modernidade tardia, um lugar central. Sua tese se comprova e têm-se hoje sociedades baseadas no uso do conhecimento enquanto capital intangível, sendo uma das moedas mais valorizadas pelas Nações e empresas. Após [Bell](#) (1978), com sua Sociedade Pós-industrial, onde o caráter do conhecimento se apresenta em formato utilitarista, outros autores seguiram tentando prospectar e apontar os prováveis rumos da nova sociedade e, esta recebeu várias nomenclaturas, de acordo com a visão e teoria de cada um deles. Foi em 1990, que o termo Sociedade da Informação aparece no bojo do desenvolvimento da Internet e das tecnologias da informação e comunicação. A partir de 1995 o termo é inserido na agenda das reuniões da Comunidade Europeia e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (os 30 países mais desenvolvidos do planeta). O termo também foi adotado pelo governo norte-americano bem como pelo Banco Mundial. ([Burch](#), 2005).

Porém, para a referida autora ([Burch](#), 2005), o termo Sociedade da Informação passou a ser empregado como construção política e ideológica, de forma unilateral no contexto da globalização, para quem a meta seria: “*acelerar a instauração de um mercado mundial aberto e ‘auto-regulado’*”. Política que, segundo ela, contou e conta com o apoio de organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. De acordo com [Castells](#) (1999) foi de [Nora & Minc](#) (1980) a cunha do termo Sociedade da Informação. Uma das nomenclaturas mais aceitas e propagadas na atualidade, se não a mais utilizada, para definir a sociedade baseada na economia informacional. Porém, acredita-se que, igualmente baseada na livre concorrência.

-
-

Também foi na década de 1990 que surge o termo “*knowledgesociety*”, termo empregado particularmente pelos meios acadêmicos, como alternativa à visão de mercado adotada pelos organismos econômicos mundiais. ([Burch](#), 2005). Para André Gorz a denominação correta seria Sociedade da Inteligência porque para ele a inteligência é o que de fato é importante. ([Sense](#), 2008). Para [Toffler](#) (1980) se estaria vivenciando a Terceira Onda, dado o fato de que a primeira onda fora a revolução agrícola, a segunda a revolução industrial e a terceira então seria aquela que começava a ser experimentada pelas nações desenvolvidas em torno das tecnologias emergentes, onde a informatização seria a peça central, causadora inclusive, da geração de ondas de desemprego jamais experimentadas anteriormente na história das Nações. Já pelo polonês Adam [Schaff](#) (1986) a nova sociedade é denominada de Sociedade Informática, porque a crise vivenciada por esta sociedade estaria diretamente relacionada com o crescendo da informatização e automação nas fábricas,

trazendo a problemática do desemprego, através da substituição do trabalho manufaturado pelo trabalho autômato.

Em 1994, foi a vez de Peter Drucker pensar a nova sociedade através de um modelo que romperia com os formatos de até então. Ou seja, a sociedade não seria nem capitalista nem socialista, e sim Pós-Capitalista, ou ainda Sociedade em Rede, onde ele, o conhecimento, comunicado através das tecnologias de informação e comunicação, seria a peça central da engrenagem e, principalmente, seria um fator gerador de riqueza. ([Amaral, 2006](#)). [Negroponte](#) (2006) a denominou Sociedade Pós-Informação ou Sociedade Digital e, segundo [Nehmy & Paim](#) (2002), esses conceitos se fazem à medida que [Negroponte](#) (2006) considera as tecnologias informáticas em uma perspectiva de que seriam elas as responsáveis pelas alterações no estilo de vida das pessoas e das sociedades.

Um dos últimos autores a se debruçar fortemente sobre esta temática foi [Castells](#) (1999) para quem a sociedade contemporânea é uma Sociedade Informacional, na qual a escolha pelo termo informacional se justificaria, uma vez que, segundo [Castells](#) (1999, p. 45 apud [Nehmy & Paim](#), 2002): *“a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se fontes fundamentais de produtividade e poder. Estando a informação no cerne das discussões”*. Com a adoção do termo *“informacional”*, [Castells](#) (1999) busca destacar que o conhecimento transformou-se no principal fator de produção no mundo contemporâneo. Na sua obra *A sociedade em rede*, [Castells](#) (1999, p. 46), justifica porque prefere denominar a sociedade contemporânea de Sociedade Informacional à Sociedade da Informação; atrelando esta nomenclatura à sua preferência sobre economia informacional à economia da informação. Porque, para ele, embora o conhecimento e a informação sejam elementos decisivos em todos os modelos de desenvolvimento, a escolha pelo informacional indica o atributo de um modo específico de organização social, através da qual, a geração, o processamento e a transmissão da informação se transformam nas fontes fundamentais de produtividade e poder; devida às novas condições tecnológicas que surgem neste período histórico. Para ele, o termo informacional: *“indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se fontes fundamentais de produtividade e poder, devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico”*. ([Castells](#), 1999, p. 46).

Ainda em [Castells](#) (1999) percebe-se que se está vivenciando o pleno desenvolvimento informacional. Apesar das sociedades continuarem a investir na agricultura (*fator de produção agrária*) e também nas indústrias (*fator de produção industrial*), a lógica da informação detém grande poder sobre os demais setores das sociedades. Apesar de que, os conhecimentos e informações sempre foram cruciais em todos os modos de desenvolvimento, haja vista que o processo produtivo sempre se baseou em algum nível de conhecimento e em informação processada. No entanto, uma das principais características da sociedade informacional, segundo [Castells](#) (1999), é a ação do conhecimento sobre os próprios conhecimentos, enquanto fonte de produtividade principal. ([Sense](#), 2008).

Em 2001, surge mais uma tentativa de conceituação e interpretação do que vem ocorrendo na sociedade. Surge então a expressão Sociedade Líquida, proposta por [Baumann](#) (2001). Para ele as relações nesta sociedade seriam de caráter temporário, fluido, obedecendo a uma eterna dinâmica de devir na estrutura das sociedades. Uma sociedade onde alterações ocorrem antes mesmo de qualquer paradigma se fixar. O que se pode entender por uma sociedade, onde as crises, inclusive de identidade, seja uma de suas principais características. Para este autor, a identidade do homem só pode existir como um projeto não realizado, um eterno devir. Na modernidade líquida e fluida, as escolhas individuais se entrelaçam com projetos e ações coletivas. Demais considerações de [Baumann](#) (2001) quanto à sociedade contemporânea corroboram com teses anteriormente apresentadas e discutidas pelos autores supracitados neste texto.

Já [Borges](#) (2008, p. 179) não faz distinção entre Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento, ao dizer que: “*A Sociedade da Informação e do conhecimento é reconhecida pelo uso intenso da informação e do conhecimento e das tecnologias de informação e da comunicação, na vida do indivíduo e da sociedade, em suas diversas atividades.*” Demonstrando a relação existente entre: informação, conhecimento e tecnologia, categorias intrínsecas a toda tentativa de conceituação da nova sociedade. Não se pode discutir Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento sem mencionar a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação. Evento promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) que ocorreu em 2003 em Genebra e em 2005 na Tunísia, o qual contou com a participação de diversas entidades e organismos interessados na temática e no desenvolvimento da sociedade.

•

Segundo [Ambrosi, Pimenta e Peugeot](#) (2005) esse evento serviria para pensar a respeito da diminuição da exclusão digital global, que separa países periféricos dos ditos centrais, alargando o acesso à Internet. O mesmo possuía objetivos claros, porém para alguns, esses objetivos estavam ligados diretamente à preocupação do: “*impacto da informação nos sistemas de produção*”, em, “*Escolher o modo de produção como a característica fundamental de uma sociedade [o que] não é uma atitude neutra.*” ([Ambrosi, Pimenta e Peugeot](#), 2005). Na seção seguinte, aborda-se a importância da informação e do conhecimento, como mola propulsora do desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento. No contexto deste ensaio, informação é considerada o insumo básico para o desenvolvimento do conhecimento, ou seja, não são sinônimos. O conhecimento vem a ser o valor agregado à informação, é o ‘*o que se faz com ela*’; o diferencial que culminará na tomada de decisões acertadas, no saber fazer.

Informação e conhecimento enquanto bens sociais
Identificam-se visões que revelam o conceito e o destino distorcidos, atribuídos à importância da informação e do conhecimento, não como bens sociais, mas sim, como matérias prima para o desenvolvimento da livre

concorrência econômica, sem considerar a importância do desenvolvimento cultural e social da humanidade:

“À primeira vista, o mesmo movimento de liberalização/resistência manifesta-se quando se passa a falar de informação: de um lado a doxa internacional pretende que apenas uma desregulamentação dos mercados permitirá introduzir as infra-estruturas necessárias para um acesso universal à Sociedade da Informação. De outro, movimentos lutam para que a informação permaneça antes de mais nada um bem público, e enaltecem uma regulamentação e uma governança pública à altura dos grandes desafios da era da informação. A informação encontra-se bem no âmago do processo econômico atual, mas ela o ultrapassa e escapa a ele em grande parte. Para o grande desprazer daqueles que buscam ver na cultura apenas os ‘bens culturais’ provenientes das ‘indústrias culturais’ e fontes de novos mercados potenciais, as redes informativas fizeram detonar os intercâmbios de conteúdos culturais não-mercantis, dando visibilidade às forças criadoras de agora em diante interconectadas, que inventam e experimentam caminhos construindo novos modos de produção colaboradora.” ([Ambrosi, Pimenta e Peugeot, 2005](#)).

Desse modo, se de um lado tem-se a informação como mola propulsora do crescimento do capitalismo e, com isso o aumento de desigualdades sociais, de outro lado, tem-se o desenvolvimento de uma consciência maior, plural, que escapa ao mando das grandes potências econômicas, haja vista às potencialidades ofertadas pelo próprio desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, através das quais a informação parece adquirir força própria e se dissipar ciberespaço afora, sem possibilidades de controle. Segundo [Lucci](#) (2000): *“Essa nova sociedade que está se formando, e que tem por base o capital humano ou intelectual, é chamada de Sociedade do Conhecimento. Nessa sociedade onde as ideias, portanto, passam a ter grande importância, estão surgindo em várias partes do mundo os ThinkThanks, que nada mais são do que grupos ou centros de pensamento para a discussão de ideias. Esses centros têm por objetivo a construção de um mundo, de uma sociedade mais saudável do ponto de vista econômico e social, que possa desfrutar de uma melhor qualidade de vida.”*

Sendo assim, o que por vezes parece se experimentar em alguns momentos na história da sociedade contemporânea, mesmo que ainda de modo tímido, é a frutificação da semente da liberdade, adquirida pela tomada de consciência, promovida pelo acesso à informação a qual, mesmo nos países periféricos, consegue, ainda que heterogeneamente, chegar de forma mais efetiva do que outrora e, de certo modo, mobilizar e se constituir. Para que esta semente germine em terreno amplo e ganhe corpo, de antemão confessa-se que o pensamento desta autora vai em direção ao entendimento de que é preciso, principalmente, vontade política. De acordo com [Burch](#) (2005) é perceptível a existência de duas realidades distintas. A que apresenta uma sociedade

existente (*Sociedade da Informação*) e a que é desejada (*Sociedade do Conhecimento*) por organismos que se importam com o desenvolvimento social, como as universidades, alguns braços da ONU, Organizações não governamentais (ONGs), mas que, infelizmente, ainda é uma sociedade em potencial e não uma realidade circunscrita.

Outro autor bastante comprometido com a análise da sociedade contemporânea, é Pierre Lévy (2010), para quem estamos vivenciando uma economia baseada na gestão do conhecimento; o que supõe que as pessoas sejam responsáveis e criativas. Segundo ele, é para isso que as pessoas devem ser preparadas e educadas: *“Não se deve fabricar pessoas que consomem informação previamente empacotadas por terceiros”*. (Lévy, 2010). Ou seja, as pessoas na Sociedade do Conhecimento, devem ter formação crítica e elas próprias devem compreender qual informação possui fonte fidedigna e serem capazes de encontrar a informação que procuram e, ao mesmo tempo, produzirem informação para ser consumida, interpretada e criticada por terceiros, em um movimento de troca, colaboração e complementação de conhecimentos: *“Se nossas sociedades contentarem-se em ser inteligentemente dirigidas, com certeza falharão em seus objetivos. Para ter alguma chance de viver melhor, elas devem se tornar inteligentes na massa.”* (Lévy, 1998, p. 18)

Para este autor, a Sociedade da Informação é uma mentira porque mesmo que se tenha tido a tese inicial de que seria possível automatizar os principais setores da sociedade, agricultura, indústria e economia, esta última, segundo Lévy (1998, p. 41): *“continuará girando como já o faz, em torno do irreduzível: a produção do laço social, o ‘relacional’”*. E essa economia da qual o autor de refere, é vista por ele como uma economia *“mais geral”*, a qual engloba inclusive, a economia do conhecimento, mas é mais que isso, o autor a chama de *“economia do humano”*. E explica dizendo:

“Em princípio, as atividades de produção de bens e serviços deveriam ter por objetivo o enriquecimento do humano, ..., por exemplo: aumentar as competências dos indivíduos e grupos, promover a sociabilidade e o reconhecimento recíproco, proporcionar as ferramentas de autonomia, criar a diversidade, variar os prazeres, etc. Ora, o que talvez fosse apenas um imperativo moral, logo facultativo, para as finalidades da economia clássica, tende a tornar-se uma obrigação, uma condição de sucesso. Com efeito a contínua transformação das técnicas, dos mercados e do meio econômico leva os coletivos a abandonar seus modos de organização rígidos e hierarquizados, a desenvolver a capacidade de iniciativa e de cooperação ativa de seus membros. Nada disso é possível, porém, a menos que envolva e mobilize efetivamente a subjetividade dos indivíduos [supondo] uma nova atuação voltada para o humano enquanto tal. É como se o humano, em toda a sua extensão e variedade, voltasse a se tornar matéria-prima.” (Lévy, 1998, p. 41-2, p. 44)

[Lévy](#) (1998) tem uma abordagem interessante a respeito dos rumos da sociedade contemporânea, através de mudanças ocorridas principalmente no *savoir-faire*, e vislumbra o que se pode considerar, o pensamento necessário a respeito da consciência que se deve ter, acerca do movimento existente, que traz consigo alterações pontuais, apesar de subjetivas, sobre o compartilhamento de conhecimentos em redes de inovação, na flexibilidade e vitalidade das trocas de saberes. Gerando transformações e potencialidades nos diversos setores da sociedade. Deixando isso claro ao dizer que:

“A prosperidade das nações, das regiões, das empresas e dos indivíduos depende de sua capacidade de navegar no espaço do saber. A força é conferida de agora em diante pela gestão ótima dos conhecimentos, sejam eles técnicos, científicos, da ordem da comunicação ou derivem da relação ‘ética’ com o outro. Quanto melhor os grupos humanos conseguem se constituir em coletivos inteligentes, em sujeitos cognitivos, abertos, capazes de iniciativas, de imaginação e de reação rápidas, melhor asseguram seu sucesso no ambiente altamente competitivo que é o nosso.” ([Lévy](#), 1998, p. 19)

Após uma breve passada pela história dos conceitos de Sociedade da Informação e de Sociedade do Conhecimento, se identifica, dentro dos textos trabalhados e citados nesta obra, uma categoria indissociável ao surgimento deste novo movimento de sociedade: as tecnologias da informação e comunicação e sua evolução na trajetória das sociedades e, principalmente a alteração do *modus operandi* dessas sociedades desenvolverem suas economias, vinculando conhecimento à moeda, o qual apesar de intangível é um bem muito valioso. E então este estudo assume como principal característica dessa sociedade, o desenvolvimento exponencial das relações sociais, culturais, mercantis e políticas, pelas potencialidades de comunicação proporcionada pelo uso das tecnologias de informação e comunicação, atuando diretamente em aspectos importantes da sociedade, além do amplo desenvolvimento do exercício da cidadania e das trocas simbólicas. Como é o caso do mundo do trabalho, da educação, da economia e da política com a influência de organismos internacionais no desenvolvimento e nos rumos dessa sociedade: Organização das Nações Unidas (ONU), com sua Cúpula da Sociedade da Informação (CSMI) em 2003 e 2005 e seus diversos programas para combater a exclusão social e digital; bem como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e as organizações não governamentais de relevância mundial no combate à exclusão digital. Exclusão esta que, quando não trabalhada para ter fim, acaba por culminar na exclusão social.

A influência das tecnologias da informação e comunicação nos rumos da sociedade contemporânea

Deliberadamente, a evolução das tecnologias da informação e comunicação e a sua invasão nos países periféricos, sem um compromisso sério dos Governos em repensar a nova economia, ou proposição e aplicação de novas

formas de manutenção e gestão da sociedade como um todo, levando em consideração o grande impacto que as tecnologias da informação e comunicação trazem (*principalmente na geração de empregos e desenvolvimento social*), faz com que os inúmeros aspectos negativos ganhem terreno e coloquem a Sociedade da Informação em crise. Uma crise sem precedentes na história, dado que os aspectos que a desencadearam tendem a crescer exponencialmente e se desenvolverem. Enquanto por outro lado se percebe, senão a estagnação, pelo menos não a mesma preocupação dos governos frente à proposição de projetos e incentivos relativos à educação e à inserção da população neste novo contexto digital.

Aspectos que são facilmente identificados como *dificultantes* ao desenvolvimento das sociedades estão relacionados com a geração de novos postos específicos de trabalho, exigindo mão de obra especializada; a substituição do trabalho humano pelos autômatos; logo, desemprego ou redução da jornada de trabalho e, conseqüentemente, redução salarial para funcionários de chão de fábrica (*mão de obra não especializada*); exigência de maiores investimentos em educação continuada por parte dos trabalhadores e por outro lado, a desestimulante realidade em como investir em educação devido à dificuldade em obter um salário digno diante da concorrência acirrada que acaba por fazer com que o trabalhador se submeta a baixos salários; o aumento da crise e violência social dado o grande índice de desemprego e o crescimento da miséria; o crescimento das diferenças sociais e culturais haja vista que, a cada momento surgem novidades tecnológicas que são acessíveis apenas para uma camada social, deixando as menos favorecidas ainda mais distantes de crescimento e acesso ao novo tecnológico, que move e direciona a sociedade.

E, para saná-los, talvez fosse necessário o desenvolvimento de projetos ambiciosos, haja vista que estes projetos iriam contra a tendência mundial de contínua exclusão e, provavelmente receberiam pouco apoio dos países ditos centrais porque seriam projetos a serem aplicados pelos Estados “marginalizados”, para dar fim a processos como a colonização tecnológica e intelectual, e, se viessem a vingar, desnudariam o véu da ignorância e tornariam os países periféricos mais próximos da posição de igualdade informacional, frente aos países ditos centrais. Sabe-se que, infelizmente, isto não é do interesse de todos. [Lastres &Albagli](#) (1999) assumem que, realmente as tecnologias possibilitaram a: “*difusão da informação/conhecimento codificado à escala global*” (p. 14), porém citam Lemos ([Lastres &Albagli](#) (1999) quanto a essa possibilidade e difusão, não ocorrerem da mesma forma para todos (*indivíduos, empresas, setores, países ou regiões*); ao mesmo tempo em que, o acesso ao conhecimento codificado não é suficiente para que os atores acima apontados se adaptem a condições de evolução do mercado. Principalmente em um momento em que as transformações são muito rápidas. Para [Cassiolato](#) (1999), os países mais avançados sempre colocam algum tipo de restrição nas participações estrangeiras de investidores, como é o caso, por exemplo, dos sistemas de telecomunicação privatizados, tendo em vista a importância para estes países centrais preservarem sob sua égide, as atividades de pesquisa e desenvolvimento e de inovação tecnológica: o grande

foco estratégico para a competitividade internacional pelo lucro e geração de riqueza.

A partir destes aspectos entra-se em um círculo vicioso de obsolescência versus atualização, um fosso social entre aqueles que têm acesso às tecnologias e os que não têm e, provavelmente estes últimos cada vez tenham menos, dada a realidade de distanciamento que surge entre os dois polos. Para [Lastres & Albagli](#) (1999) (1999) há forças que regem a homogeneização e diferenciação em pelo menos quatro dimensões distintas, a saber: a dimensão espacial: onde mercados se expandem em escala planetária alterando a divisão internacional do trabalho; a dimensão social: com o estabelecimento de claras linhas divisórias entre os capacitados a participarem da dinâmica contínua de inovação e aprendizado e os que são ou tendem a ser marginalizados dessa atualização dada as “*transformações na base teórico produtiva*”; a dimensão econômica: onde as organizações se colocam à frente do processo inovador e se mantém mais dinâmicas e competitivas: “o que equivale dizer aqueles mais intensivos no uso de informação e conhecimento” ([Lastres & Albagli](#) (1999, p. 9); e a dimensão político-institucional: a partir da qual as diferenças refletem e implicam distintos formatos institucionais e estratégias para lidar com a nova realidade. Entende-se que a problemática trazida pela introdução das tecnologias da informação e comunicação, sem a devida preocupação do Estado para com o coletivo, estando extremamente vinculada à geração de riqueza e lucro para o setor empresarial, acarretou à sociedade contemporânea, um dos maiores gaps sociais da história mundial. Apesar de, com certeza, não ser a única razão, a introdução sem planejamento das tecnologias da informação e comunicação nas sociedades é uma das grandes responsáveis pela crise do desemprego em escala mundial, dada a substituição do trabalho humano pelas máquinas.

No entanto, não é o objetivo deste trabalho centrar-se apenas nos aspectos negativos dessas alterações, uma vez que as tecnologias podem potencializar juntamente com a vontade humana, em grande desenvolvimento para as sociedades. Neste sentido [Castells](#) (1999, p. 25) aponta que: “a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas.” De forma que a tecnologia é hoje um dos pilares centrais para o desenvolvimento (ou não) social. Apesar de se acreditar que essa afirmativa tenha certo exagero, há que se considerar que não existe mais Estado, nem mesmo sociedade, sem a planificação da tecnologia. Ela é um dos pilares, porém esse pilar precisa ser remodelado e revisto pelos atores humanos, conforme [Castells](#) (1999) vai dizer. Ele afirma que é a habilidade das sociedades dominarem as tecnologias da informação e comunicação que traçará os seus destinos e, embora não seja a tecnologia quem determina a mudança social e a evolução das nações, é ela: “que incorpora a capacidade de transformação das sociedades”. ([Castells](#), 1999).

Dado o teor da sua importância, procura-se identificar aspectos positivos da aplicação das tecnologias da informação e comunicação nas sociedades contemporâneas, uma vez que as mesmas têm um caráter que transcende qualquer projeto de comunicação anterior; elas podem auxiliar a potencializar o poder da comunicação, podem auxiliar a romper barreiras geográficas, podem

auxiliar a pôr em contato diversas culturas, unir através de fóruns cidadãos quem jamais se encontraria se não fosse via aparato tecnológico, dada a distância geográfica, a diversidade econômica e social em que indivíduos de sociedades distantes vivenciam. As tecnologias da informação e comunicação podem auxiliar quanto aos governos possibilitarem espaços públicos que se transformem em cenários de pleitos, onde cidadãos comuns passam a ter voz e voto, destituindo muitas vezes o caráter representativo existente na contemporaneidade. Uma nova forma de organização político-social emerge conjuntamente com as mazelas sociais que o mau planejamento da incorporação das tecnologias da informação e comunicação pelas sociedades traz. Sendo assim, os aspectos positivos precisam ser pensados e bem administrados pelos governos e sociedades, para que se tire proveito do que elas (*tecnologias*) têm de melhor a oferecer e, para que, se dirimam os aspectos negativos e tendenciosos.

Dentre as visões estudadas, destaca-se a crítica de [Mattelart](#) (2006) ao apontar as tecnologias da informação e comunicação, como nova forma de hegemonia baseada no controle das redes, potencializando essa hegemonia e o perigoso foco no mito da “tecnologia salvadora” transparecendo a: “materialidade de um esquema operatório de remodelamento da ordem econômica, política e militar em escala planetária” ([Mattelart](#), 2006, p. 8). Para este autor houve uma queda no engajamento político e ideológico, o qual se originou a partir da Guerra Fria e, que tem como estopim a inteligência artificial, mistificando o progresso eletrônico e saudando então a sociedade pós-industrial. Em contrapartida, o autor enxerga que: “*novos espaços se abrem para a ação coletiva*” e que “*forças vivas da sociedade civil*” buscam com o potencial das tecnologias da informação e comunicação: “*uma sociedade na qual o conhecimento seja efetivamente compartilhado por todos*”, movimento este produzido no sentido de: “*escapar da lógica do desenvolvimento desigual*”. ([Mattelart](#), 2006).

Acredita-se que deva ser neste sentido, baseada nestes princípios de investimento, no acesso coletivo das potencialidades das tecnologias da informação e comunicação por todos os segmentos da sociedade civil, que a Sociedade do Conhecimento se erguerá. Porém a antítese procede, uma vez que, as negações do potencial coletivo e o descaso para com as demandas sociais e culturais acarretarão na aceleração da decadência da sociedade, sendo ela não uma revolução, mas um sonho apenas idealizado por grupos específicos, mas não consolidado. Fato é que, se por um viés, a tecnologia traz progresso, quando mal distribuída e mal gerenciada pelo Estado, acaba contribuindo para a geração de grande exclusão social, econômica e cultural, dada sua tamanha importância. Como dito por [Castells](#) (1999, p. 31):

“O que deve ser guardado para o entendimento da relação entre a tecnologia e a sociedade é que o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados. Em grande parte, a tecnologia expressa a habilidade de uma sociedade para impulsionar seu domínio tecnológico por intermédio das instituições sociais, inclusive o Estado.”

Portanto, a nova sociedade emergente desse processo de transformação é capitalista e também informacional, embora apresente variação histórica considerável nos diferentes países, conforme sua história, cultura, instituições e relação específica com o capitalismo global e a tecnologia informacional.”

Análise que deixa clara a importância e o papel do Estado no manuseio e desenvolvimento de políticas de implementação das tecnologias da informação e comunicação. Estas ações são urgentes, principalmente nos países periféricos. Está se vivenciando um momento histórico nas sociedades em que o fenômeno que mais carece ser desenvolvido é a vontade política, uma vez que a própria tecnologia pode gerar potencialidades antes nunca possibilitadas na mesma dimensão com que estão ocorrendo, como é o caso da explosão informacional, da liberdade de acesso sem fronteiras geográficas (*pelo menos entre grupos sociais que compartilham interesses comuns*), como é o caso das redes sociais, na impossibilidade de aprisionar a informação, dado, por exemplo, o grande número de blogs espalhados pela Rede os quais, em contrapartida às grandes agências de notícias, divulgam pela sociedade outras opções e visões de interpretação para a informação, que a mídia de massa tem interesse e costuma divulgar. Ao se analisar os três ciclos do uso das tecnologias da informação e comunicação nas duas últimas décadas, entendidos por [Castells](#) (1999) como “*automação de tarefas*”, “*experiências de usos*” e “*reconfiguração das aplicações*”, se percebe que o autor consegue identificar o grau de envolvimento e a forma de aprendizagem para o progresso. Para ele, nos dois primeiros estágios, o progresso baseou-se em “*aprender usando*”. Já no terceiro estágio, denominado por ele de: “*reconfiguração das aplicações*”, os usuários aprenderam sobre tecnologia “*fazendo*”, o que implicou “*na reconfiguração das redes e da descoberta de novas aplicações*” dado o grande teor de compartilhamento da informação e o grande poder de difusão da tecnologia.

Manifestos foram elaborados durante as reuniões da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, como a [Declaração de Princípios de Genebra \(2003\)](#) e a *Declaração da Sociedade Civil (2003)*, na tentativa de tecer objetivos para auxiliar no desenvolvimento da sociedade, entendida neste texto como Sociedade do Conhecimento. A Declaração de Princípios de Genebra (2003) apud [Burch](#) (2005), adotada pelos governos, com significantes contribuições da sociedade civil, expressa em seu primeiro artigo: “*declaramos nosso desejo e compromisso comum de construir uma Sociedade da Informação centrada na pessoa, integradora e orientada ao desenvolvimento, em que todas as pessoas possam criar, consultar, utilizar e compartilhar a informação e o conhecimento, para que as pessoas, as comunidades e os povos possam empregar plenamente suas possibilidades na promoção de seu desenvolvimento sustentável e na melhoria da sua qualidade de vida, sobre a base dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e respeitando plenamente e defendendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos.*”

Dessa forma, a informação e o conhecimento seriam bens públicos, que auxiliariam no desenvolvimento e potencialidades das diversas sociedades

existentes. Infelizmente, entre a boa vontade na elaboração teórica do Manifesto e a aplicação prática do mesmo pelas Nações ainda existe um grande gap. Talvez o conceito que melhor representa o contexto esperado pela Sociedade do Conhecimento seja o mencionado por [Ntambue](#) (2005) de que o ideal de uma sociedade é aquele que distribui para todos os esforços realizados por todos. Ou seja, o poder do conhecimento teria potencialidade para, pela primeira vez na história, permear as mãos de quem faz, estar nas mãos do artesão, do trabalhador, de quem executa, gera e consome, e não somente como ainda ocorre, sob o poder de quem domina, não só os meios de produção, mas principalmente o capital financeiro e, por quem detém o *‘poder da caneta e dos satélites’* nas mãos.

É uma questão de vontade e de implementação adequada, por parte dos Estados, em desenvolverem políticas públicas que valorizem e acionem a importância da educação, da disseminação do conhecimento, do plantio de uma cultura plenamente baseada na importância do saber para o bem fazer, no domínio das tecnologias da informação e comunicação, para gerar novos conhecimentos em benefício do indivíduo e do coletivo. No desenvolvimento de melhores práticas políticas e sociais. Correspondendo ao compromisso realizado pelas Nações contido na Declaração de Princípios de Genebra, de auxiliar as sociedades e o mundo a desenvolverem suas potencialidades para melhoria da qualidade de vida. Por que motivo dá-se tanta ênfase nas tecnologias como forma de representação da sociedade contemporânea? Segundo [Negroponte](#) (2006) o mundo tornou-se digital. A penetrabilidade e ubiquidade das tecnologias da informação e comunicação é um fenômeno sem precedentes na história da humanidade. Porém é cabível discutir em que setores essa penetrabilidade se anuncia, haja vista a ainda deliberada escassez de acesso à informação por inúmeros setores da sociedade civil.

Segundo [Lastres & Albagli](#) (1999) o questionamento maior deve ser em torno dos formatos da qualidade de informações, conhecimento e tecnologias que estão sendo globalizados e disseminados. Estas autoras questionam como ocorre a apropriação do conhecimento. Certamente esse processo não ocorre de forma homogênea, entre países centrais e periféricos, nem mesmo dentro de cada um desses grandes blocos. A capacidade de apropriação das tecnologias da informação e comunicação certamente exerce grande influência neste processo de expansão ou centralização do conhecimento. Apesar de, até o momento, este trabalho não ter conceituado a Sociedade do Conhecimento, acredita-se que algumas de suas características já tenham sido mencionadas e valorizadas, como é o caso da influência das possibilidades trazidas pelas tecnologias da informação para seu pleno funcionamento e manutenção; da penetrabilidade da possibilidade de novos fluxos de comunicação através das redes; a importância de um repensar no mundo do trabalho e de um urgente redimensionamento de valores políticos, sociais e culturais; além da busca pela solidariedade entre as Nações, para que a costumeira frase adotada por muitos: *“as tecnologias da informação e comunicação rompem barreiras geográficas e temporais”*, a respeito da amplitude de alcance da Internet e suas tecnologias associadas, não sirva apenas de retórica e que, cada nação consiga respeitar seu próprio povo, para também aprender a respeitar os outros povos.

Para tanto, há igualmente que se levar em consideração a existência de diversas sociedades do conhecimento. Segundo [Ambrosi, Pimenta e Peugeot](#) (2005): existem “Sociedades” do Conhecimento (no plural), dada a heterogeneidade de situações e momentos distintos vividos pelas mais diferentes nações: *“Deixar exprimir e crescer a criatividade, fazer circular os conhecimentos, abrir os patrimônios dos saberes aos mais pobres, mesclar as culturas sempre respeitando suas diversidades, ... proteger e promover as liberdades ... colocar a informação ao serviço de uma dinâmica de paz, de respeito e solidariedade. Ao serviço das sociedades e dos saberes compartilhados.”* Sendo estes alguns dos pensamentos de [Ambrosi, Pimenta e Peugeot](#)(2005) para atingir à Sociedade do Conhecimento, baseados na distribuição equânime da informação com vistas ao surgimento e propagação de ideias para promoção da evolução da sociedade como um todo.

Sociedade do Conhecimento: a importância de políticas públicas voltadas para a disseminação da informação e da educação

Segundo [Amaral](#) (2006, p.9): *“Na Sociedade do Conhecimento, a educação ocupa um lugar central, e as novas tecnologias apoiam a sua disseminação”*. Acredita-se que desse modo deveria ser o ideal de sociedade, porém essa afirmação não se traduz na realidade vivenciada pelos países considerados de economia periférica. Portanto se entende por Sociedade do Conhecimento, a sociedade em que o conhecimento encontra-se ao alcance de todos que o desejarem. Porém, vivencia-se um momento histórico onde o conhecimento ainda é um bem para poucos. Sociedades em que há fortes diferenças sociais, econômicas e culturais, não podem ser denominadas de Sociedade do Conhecimento, haja vista que o conhecimento deva perpassar inclusive, pela esfera da moral e da ética. Por enquanto tem-se visto o *“conhecimento”* como força propulsora principalmente de desigualdades sociais. Não fazendo parte do ideal de Sociedade do Conhecimento com o qual esta e muitos outros pesquisadores se identificam.

Nesta direção Abdul Waheed Khan (subdiretor geral da UNESCO para Comunicação e Informação) declara: *“Sociedade da Informação é o tijolo para construir o edifício de Sociedades do Conhecimento”* (Khan apud [Burch](#), 2005 em Desafios das palavras). Ele ainda diz que a Sociedade do Conhecimento pode ser entendida como a sociedade na qual o conhecimento deve ser considerado o recurso principal à criação e produção de riqueza, de bem estar social e de prosperidade à população. E afirma que: *“Isso é determinado não pela força do trabalho em si, mas sim em nível científico, pelo progresso tecnológico e pela capacidade de aprendizagem das sociedades.”* Para atingir a Sociedade do Conhecimento, é preciso também, dentre outras necessidades, desenvolver estratégias governamentais baseadas na ciência, tecnologia e inovação (CTI). Abdul Khan (apud [Burch](#), 2005) estabelece a distinção entre Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento:

“A Sociedade da Informação é a pedra angular das sociedades do conhecimento. O conceito de ‘Sociedade da Informação’, a meu ver, está relacionado à ideia de ‘inovação tecnológica’, enquanto o conceito de ‘Sociedade

do Conhecimento' inclui uma dimensão de transformação social, cultural, econômica, política e institucional, assim como uma perspectiva mais pluralista e de desenvolvimento. O conceito de 'sociedades do conhecimento' é preferível ao da 'Sociedade da Informação' já que expressa melhor a complexidade e o dinamismo das mudanças que estão ocorrendo ... o conhecimento em questão não é só importante para o crescimento econômico, mas também para fortalecer e desenvolver todos os setores da sociedade."

O enfoque principal na expressão Sociedade da Informação deveria estar não no termo informação, mas sim em sociedade. Enquanto informação faz menção a dados, canais de transmissão e espaços de armazenagem, sociedade aborda pessoas, culturas, formas de organização e comunicação. A informação tem que ser determinada conforme a sociedade, e não a sociedade conforme a informação. (Burch, 2005). Mas o que fazer para colocar essa informação a serviço do desenvolvimento e da igualdade entre os povos? Os países precisam organizar-se, desenvolverem projetos e também desenvolverem políticas públicas, que vem a ser segundo Freitas (2007), uma intenção, uma possibilidade de ação em algum campo que envolve a sociedade, para qualificar dada área do conhecimento ou dada sociedade. Freitas (2007) também chama a atenção ao fato de que estas políticas públicas não devem ser homogêneas; precisam ser maleáveis, pensadas para todos, transversais e, ao mesmo tempo, respeitar as diferenças, a complexidade da diversidade dos atores sociais, para que estes possam desenvolver-se e com isso auxiliarem no desenvolvimento da sociedade na qual estão inseridos por estas políticas - uma troca vantajosa para ambas as partes: cidadão e Estado.

Não se faz política pública somente para e pela sociedade, mas com a sociedade. Há um senso comum difícil de ser rompido que perpassa o inconsciente coletivo das sociedades e as faz pensar a figura dos gestores públicos enquanto protagonistas das políticas públicas. Mas esse protagonismo não precisa e não deve ser privilégio dos gestores. (Freitas, 2007). As políticas devem ser construídas e avaliadas com a sociedade, uma vez que será ela (*na extensão de todos seus membros*) a usufruir das melhorias decorrentes de projetos sociais e de objetivos delineados para o seu desenvolvimento. Essas políticas não podem ser políticas de governo, o que foi um erro fatal ocorrido ao longo da história do Brasil, uma vez que se apaga o que de bom aconteceu e iniciam-se projetos novos a cada governo. Há que se ter em mente a importância de projetos de Estado, perenes, duradouros, síncronos, descentralizados, voltados para a coletividade e que pensem na participação popular. Possibilitando aos indivíduos se apropriarem de sua história. (Freitas, 2007).

Para Barcelos (2007) é preciso urgentemente: “*diminuir a distância entre nossos princípios e atitudes*”. E esta visão de fomento acerca do desenvolvimento de políticas públicas junto da sociedade é fator de extrema importância e possui relação direta com essa premissa. O aprendizado e o

exercício do trabalho para e com o coletivo, deve ser objetivo de toda e qualquer política pública que se deseja consolidar em um país. As vivências experienciadas pelas pessoas são frutíferas e, como diz [Freire](#) (1987) servir “*a vida como tema gerador*”. Neste caso, gerador de motivações em busca de melhorias sociais, educacionais e econômicas, bem como gerador de competências baseadas no aprendizado empírico do *saber fazer* de uma coletividade, ainda que com diversas matizes.

No entanto, espera-se que, naquilo que se idealiza a respeito da Sociedade do Conhecimento, a tecnologia não passe a conter em si potencialidades de inovação enquanto agente, e sim, enquanto instrumento, conforme defendem [Nehmy& Paim](#) (2002). Para as autoras supracitadas, ao se privilegiar o conhecimento de caráter operacional, este passa a ser uma mercadoria. Ele perde seu “*valor de uso*”, de satisfação da necessidade pessoal, em detrimento do valor de troca obtido na sua comercialização ou na sua aplicação imediata no setor produtivo, reintroduzindo-o na esfera de produção enquanto capital. Segundo elas: “*Assim, o conhecimento que interessa para a dinâmica da chamada Sociedade da Informação seria aquele que pudesse ser padronizado, codificado*”. Sendo assim a Sociedade da Informação e a Sociedade do Conhecimento se mostram, senão antagônicas, ao menos modelos de sociedades com ideologias diferentes. Não é a Sociedade da Informação que se deseja e sim, aquela que coloca “*o conhecimento como essência reflexiva para o desenvolvimento e crescimento do sujeito que conhece*”. (Habermas, 1982). Ou seja, uma Sociedade do Conhecimento.

Considerações finais

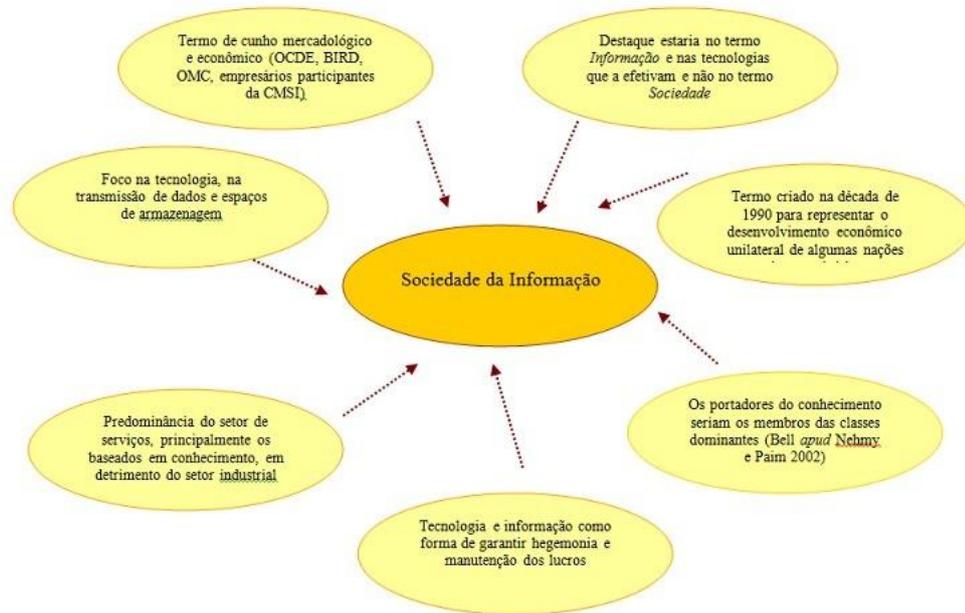
A importância na busca pelo desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento parece ser o melhor caminho no desenvolvimento da sociedade para todos. Uma sociedade em que a informação, a educação e a comunicação, baseadas nas potencialidades das TICs, possam desenvolver-se, transpor e romper as barreiras geográficas, econômicas, políticas e sociais. A Sociedade do Conhecimento deve ser pensada para todos e não para uma elite, com ocorre hoje com a Sociedade da Informação, a qual não oferece acesso nem mesmo à informação de qualidade para todos, quiçá ao conhecimento. Os governos necessitam engajarem-se seriamente no projeto da inclusão digital, haja vista que, sem o domínio das tecnologias da informação e comunicação, uma nação e seus cidadãos estão fadados ao atraso, obsolescência e decadência. Porém, não a implementação da tecnologia pela tecnologia, mas sim através do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o bem estar social e para o desenvolvimento social e econômico da Nação e de sua população.

A angústia de superar a ausência da provisão do acesso à informação pela população, o direito ao exercício da democracia e da cidadania, o provimento de uma sociedade mais igualitária, baseada dentre outras perspectivas, nas possibilidades tecnológicas, devem permear toda e qualquer trajetória de desenvolvimento de uma sociedade que se diz justa e que busca munir seu povo de conhecimento e cultura para *empoderá-lo* de conhecimento para que

sejam capazes de tomar decisões sábias e proveitosas, para serem aplicadas novamente na sociedade em que vivem.

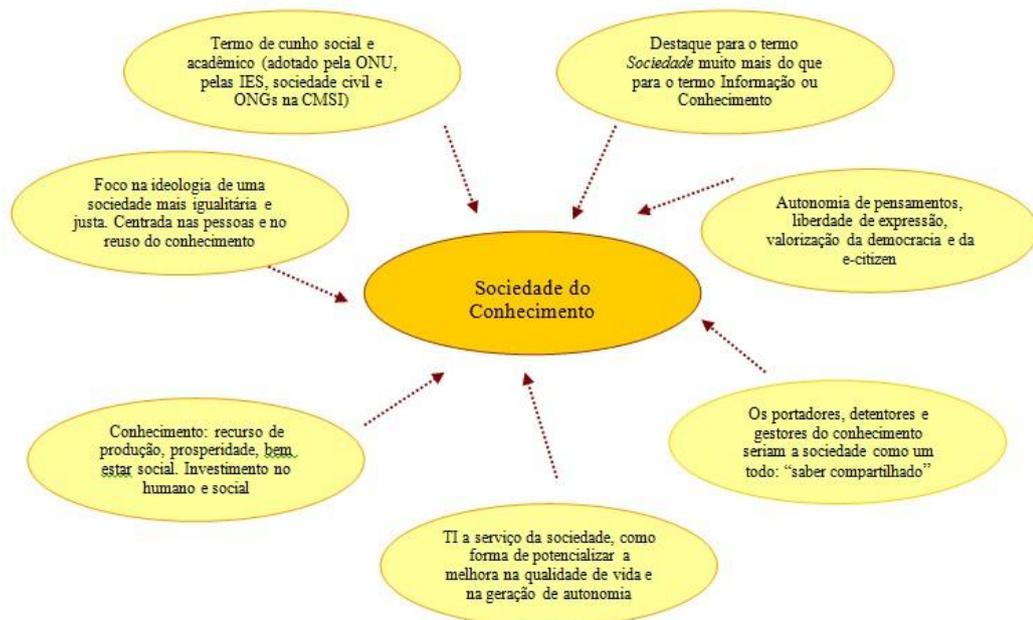
A seguir, apresenta-se um *topicmap* de características relacionadas à Sociedade da Informação e outro com características acerca da Sociedade do Conhecimento. De modo resumido, procura-se abranger os principais pontos de discussão e diferenciação entendidos e evidenciados entre elas e discutidos de alguma forma neste ensaio.

Figura 1: *TopicMap* da Sociedade da Informação



•

Figura 2: *TopicMap* da Sociedade do Conhecimento



Após estabelecerem-se as principais características da Sociedade do Conhecimento, sociedade que se deseja, há a necessidade do estabelecimento da proposição de modelos a serem pensados e desenvolvidos para contribuir com a superação da realidade contemporânea, baseada em desigualdades sociais, culturais e econômicas, as quais parecem se perpetuar através da esfera política. Essa superação poderá ocorrer a partir da construção e reconstrução de projetos direcionados para o coletivo, para a sociedade e com a sociedade, através do desenvolvimento de comunidades que façam jus ao título "*Sociedade do Conhecimento*", a qual se baseia na busca e aplicação de diretrizes que visam dirimir, principalmente, a exclusão.

E, se o interesse realmente for o do desenvolvimento de uma Sociedade do Conhecimento, os governos necessitam perceber a tecnologia, a informação e o conhecimento, não como elementos neutros. Perceber que, quanto mais uma nação se desenvolve moralmente, intelectualmente, socialmente e equanimemente, mais rapidamente consegue atingir os degraus que levam à Sociedade do Conhecimento – uma sociedade para todos. Sociedade até o momento muito longe de se constituir, principalmente nos países periféricos, onde a desigualdade social é a realidade vivenciada. Mas que, através de vontade política e empreendedorismo por parte do Estado, centralizado no desenvolvimento humano, no estreitamento de comunicação com seus cidadãos e, na busca pelo desenvolvimento de qualidade de vida, se fará mais próxima. Favorecendo e estimulando a comunicação entre os atores sociais, *oportunizando* espaços para trocas simbólicas, como é o caso das redes sociais, dos fóruns cidadãos, das iniciativas de murais eletrônicos, e espaços online para comunicação G2C (*governo para cidadão*), C2G (*Cidadão para governo*) e C2C (*cidadão para cidadão*). O que tornará esses atores, potenciais construtores e partícipes da Sociedade do Conhecimento.

Neste contexto, a importância de desenvolvimento de modelos e projetos de governo e na atualidade, no âmbito do governo eletrônico, se faz importante e imprescindível porque a sociedade que pretende progredir, evoluir e se desenvolver em todos seus setores, necessita saber utilizar, comunicar-se e projetar através das tecnologias. As quais já são uma realidade nos países ditos centrais e precisam ser valorizadas e pensadas pelos países em desenvolvimento. Porque a inclusão digital, inclusive no âmbito do governo, não pode ser uma opção, é preciso ser realidade para que o desenvolvimento social e econômico aconteça para todos.

Referências Bibliográficas

- Amaral, R. (Org.). Sociedade do conhecimento: novas tecnologias, risco e liderança. Lages: Ed. Uniplac, 2006.
- Ambrosi, A.; Pimenta, D.; Peugeot, V. Rumo às sociedades compartilhadas. In: _____ (Coord.). Desafios das palavras: enfoques multiculturais sobre as sociedades da informação. Disponível em: <http://vecam.org/article495.html> Acesso em: 30 de outubro 2009. [Disponível através da Licença CreativeCommons].
- Barcellos, V. O mundo como um texto: educação ambiental e literatura. Rio Grande, 2007. Palestra proferida em ocasião do 1º Curso Nacional de Educadores, realizado no Ginásio da Escola Estadual Juvenal Muller, na cidade do Rio Grande, RS, em 3 de outubro de 2007.
- Baumann, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- Bel, D. O advento da sociedade industrial: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1978.
- Borges, M. A. G. A informação e o conhecimento como insumo ao processo de desenvolvimento. Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI), v.1, n. 1, p.175-196, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://164.41.122.25/portaldesp/ojs-2.1.1/index.php/rici> Acesso em: 20 de março 2010.
- Burch, S. Sociedade da informação/ sociedade do conhecimento. In: Ambrosi, A.; Peugeot, V.; Pimenta, D. Desafios das palavras. Ed. VECAM, 2005. Disponível em: <http://vecam.org/article699.html> Acesso em: 22 de dezembro 2009.
- Cassiolato, J. E. A economia do conhecimento e as novas políticas industriais e tecnológicas. In: LASTRES & ALBAGLI. Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 164-190.
- Castells, M. A sociedade em rede. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.
- Drucker, P. F. Sociedade pós-capitalista. São Paulo: Pioneira, 1994.

Freire, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

Freitas, J. V. Educação ambiental na Escola. Rio Grande, 2007. Palestra proferida em ocasião do 1º Curso Nacional de Educadores, realizado no Ginásio da Escola Estadual Juvenal Muller, na cidade do Rio Grande, RS, em 3 de outubro de 2007.

Habermas, J. Conhecimento e interesse. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Kern, V.. M. Informação e conhecimento em plataformas de governo eletrônico. In: Governo eletrônico e inclusão digital. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. p. 63-71. Disponível em: <http://tr.im/Ff5M> Acesso em: 12 de junho 2010.

Lastres, H. M. M.; Albagli, S. Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.

Lévy, P. Collaborative learning in the digital social médium. Anotações da palestra proferida pelo autor, realizada na II Semana da Ciência da Informação da FURG. Rio Grande: FURG, 2010. Disponível em: <http://ow.ly/1nhGp> Acesso em: 18 de março 2010.

Lévy, P. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

Lucci, E. A. A era pós-industrial, a sociedade do conhecimento e a educação para o pensar. (200?). (notas de conferência para alunos e professores de ensino médio em diversos estados do Brasil). Disponível em: <http://www.hottopos.com/vidlib7/e2.htm> Acesso em 11 de janeiro 2010.

Mattelart, A. História da sociedade da informação. 2.ed. rev. e atual. Trad. de Nicolas Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, c 2006.

Negroponte, N. A vida digital. 2. ed. Rio de Janeiro: Briquet de Lemos, 2006.

Nehmy, R. M. Q.; Paim, I. Repensando a sociedade da informação. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 7, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewfile/410/223> Acesso em: 12 de janeiro 2010.

Nora, S.; Minc A. A informatização da sociedade. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

Ntambue, R. Infra-estrutura e acesso universal. In: Ambrosi, A.; Peugeot, V.; Pimenta, D. Desafios das palavras. Ed. VECAM, 2005. Disponível em: <http://vecam.orgqarticle699.html> Acesso em: 23 de dezembro 2009.

Sense, J. E. A sociedade do conhecimento e as reformas educacionais. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 10. Anais eletrônicos...2008. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/91.htm> Acesso em: 25 de março 2010.

Shaff, A. A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda

revolução industrial. São Paulo: UNESP, Brasiliense, 1996.
Toffler, A. A terceira onda. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980.

•

Sobre o autor / AbouttheAuthor:

GiseleDziekaniak -

giseledziekaniak@yahoo.com.br

Docente do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da FURG.
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do
Conhecimento - UFSC.

Aires Rover - aires.rover@gmail.com

Docente do Centro de Ciências Jurídicas e do Programa de Pós-Graduação em
Engenharia e Gestão do Conhecimento, UFSC. Doutor em Direito - UFSC.

8 Sociedade da Informação x Sociedade do Conhecimento

Cláudio de Musacchio // sábado, 26/07/2014

<http://www.baguete.com.br/colunas/claudio-de-musacchio/26/07/2014/sociedade-da-informacao-x-sociedade-do-conhecimento>

Qual é a diferença? E que importância isso tem para a vida dos indivíduos do século XXI? Porque não devemos nos sentir autores e sim leitores protagonistas da história? Como a gestão de TI deve compreender a Sociedade do Conhecimento? Porque capacitação profissional tornou-se um estilo de vida?

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - Acesso democratizado, universal, global e total a informação e ao conhecimento, através dos meios de comunicação e equipamentos eletrônicos. A Internet inaugura uma nova sociedade chamada de Sociedade da Informação.

SOCIEDADE DO CONHECIMENTO - Se produziu a partir das redes sociais, das interações e colaborações, entre os indivíduos membros. São pessoas discutindo questões, refletindo sobre elas, ensinando e aprendendo, umas com as outras, em todas as áreas de conhecimento.

Mas para dizer que um indivíduo pertence a sociedade da informação, basta que ele tenha acesso a Internet, as páginas de informação, aos bancos de dados de bibliotecas virtuais, aos artigos científicos, e toda a gama de informações advindas de jornais, revistas, clipping e feeds de notícias do mundo inteiro.

E o que faz um indivíduo dizer que pertence a sociedade do conhecimento é ela mostrar que participa das redes sociais, interage com as pessoas, troca informações. Quando o indivíduo entra numa rede social e é aceito pela rede para se tornar um membro, passa a discutir, contribuir, refletir, produzir informação e colaborar com a construção do conhecimento da rede que pertence.

O grande desafio daqui pra frente não é mais saber conteúdos, posto que esses estão todos disponíveis na Internet, mas quais informações são importantes e relevantes para o crescimento cognitivo, como essas informações vão mudar o modo de ver o mundo e de fazer as pessoas crescerem intelectualmente.

A Sociedade do Conhecimento inaugura uma nova era. Participe de redes sociais, se inscreva, interaja mais, colabore com o que você sabe e pergunte mais, procure saber, trocar ideias e informações. Não basta ter acesso ao dicionário gigante de informações é preciso que ele faça sentido a todos nós e o laboratório de troca de experiências são as redes sociais.

Existem mais de um milhão de redes sociais só nos Estados Unidos. Já existem catálogos enormes de redes sociais. Redes sociais para tudo que é tipo de assunto, gosto, mania, relações sociais.

Hoje a responsabilidade das pessoas é a participação na Educação, seja ela escolar ou universitária, ou até mesmo da pedagogia social, das ruas, é que os indivíduos acessem os dados, acessem a informação, e compartilhem dessa informação, interpretando os dados e mostrando aos outros indivíduos a interpretação.

Temos urgentemente que reinventar uma nova relação com o Saber.

AUTORIAS COMPARTILHADAS

Sempre houve um autor para as coisas ditas e escritas, a produção dos livros e das informações. Com a Internet estamos experimentando pela primeira vez a democratização do PODER, posto que agora ela está disponível para quem quiser dela fazer uso.

Com relação a autoria das informações, também vivemos uma revolução. As ideias são produzidas em grande quantidade nas redes sociais, nos blogs, wikis, e mensagens numa infinidade de recursos de informação e colaboração. Já não sabemos mais de quem é a ideia original. Alíás, não importa mais de quem é a ideia e de onde surgiu o primeiro pensamento a respeito das coisas. O importante é que essa ideia chega até as pessoas e as transforma, modifica, produz conhecimento nas pessoas. E quando as pessoas produzem

informação, estão escrevendo textos dessas leituras que fazem do mundo e das informações que chegam todos os dias.

Somos todos autores compartilhando informações, produzindo conteúdos, construindo conhecimentos. Podemos segurar durante algum tempo a autoria, citar alguns nomes, principalmente das ideias que foram publicadas em livros. De resto, somos todos leitores protagonistas de nós mesmos.

GESTÃO DE TI

O mundo mudou a forma como produzir informação e construir conhecimento. Mudaram as velocidades, o acesso, a Internet permitiu as trocas, o intercâmbio, não existe mais o monopólio da informação, não precisamos mais guardar conteúdos, eles estão todos armazenados em banco de dados, nas nuvens.

Precisamos sim, urgentemente ensinar pessoas a utilizarem essas informações em situações reais de problemas, a produzir informação confiável, crítica e que produza para as organizações mudanças significativas. O livro não está mais só no produto ou bens de serviço de uma empresa, mas na soma das ideias e conhecimentos que essa organização é capaz de construir ao longo de sua história. O maior ativo hoje em dia, o bem mais precioso das organizações é o que as pessoas pensam, produzem intelectualmente.

As organizações aprenderam, ainda que tarde, que quando ensinam e educam seus colaboradores, mesmo que estes um dia vão procurar outras empresas e projetos, estão criando uma sociedade do conhecimento, onde todos são beneficiados. O mercado produz conhecimento para ela mesma.

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PASSOU A SER UM ESTILO DE VIDA

Capacitação não é mais necessidade de mercado é estilo de vida. Estar matriculado num curso, seja ele MBA, pós especialização, mestrado ou doutorado é garantir um lugar no mundo da sociedade do conhecimento. Participar desta sociedade é estar conectado nos sistemas de difusão da informação e garantir que estamos contribuindo com o que sabemos numa vasta rede de relações.

Antigamente se fazia um curso técnico e ele durava para a vida toda. Hoje não garantimos o conhecimento profissional por muito tempo. Há maioria do que estudamos, é logo sucateado e temos que procurar novos cursos de capacitação e habilitação. Estudar se tornou uma prerrogativa para se viver nesta sociedade de conhecimento.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Muitas organizações ainda não entenderam o que é gestão do conhecimento e de sua importância na vida saudável da organização. E por não entenderem sua função não contratam os agentes gestores do conhecimento que já estão no mercado se qualificando para exercer esse papel. A Gestão do Conhecimento possui importante papel hoje em dia nas organizações. É ela que ajuda a compreender e analisar o que a organização possui de inteligência, como toda essa inteligência pode ser utilizada para que a organização cresça e prospere. E como contratar novos colaboradores que possuam o conhecimento que as organizações precisa.

Não se contrata mais profissionais só pela sua aptidão técnica ou expertise. As organizações querem mais que colaboradores operacionais. Elas querem pessoas táticas, estratégicas, cujas qualidades estejam nas interações e colaborações que fomentam, produzem. É o que se faz da informação e do conhecimento que se tem e como agir em prol da resolução de problemas. O futuro das contratações está nas pessoas que tomam decisões.

Muitas empresas já perceberam o poder das redes sociais. Mas só usar as redes sociais na organização não é sinal de sucesso empreendedor. É preciso capacitar para o uso de um novo paradigma: interatividade e colaboratividade.

Em geral, as organizações confundem redes sociais corporativas e organizações em rede. Algumas até proíbem o FACEBOOK dentro da organização. Redes Sociais não é mais diversão é produção de significados e subjetividades. É construção de saberes, é amplitude de visão de mundo. O que as organizações precisam compreender é que não podemos frear o avanço das novas formas de aquisição e reflexão sobre informações. É preciso gerir isso, é preciso organizar ideias, pessoas, recursos, sistemas, fluxos. Logo, é preciso de um gestor de todo esse conhecimento que é produzido nas organizações.

INTERATIVIDADE e COLABORATIVIDADE

Talvez seja a palavra mais importante para esse início de século XXI. Assim como, a produção em escala foi para a era industrial, interatividade é a palavra do momento. Profissionais que interagem, uns com os outros, que possuem opinião própria, que são formadores de opinião, que se expõem comentando seus pontos de vistas nas redes sociais corporativas, através dos blogs pessoais, wikis e comunidades organizacionais.

Pessoas da sociedade do conhecimento aprendem logo que a interação e colaboração é moeda de troca. Quem não se comunica, se trumbica, já dizia nosso saudoso Chacrinha. Produção de ideias leva tempo, precisa de estudos, reflexões, capacitações, desenvolvimento de habilidades, experiências, participação em diversos projetos. Tomar decisões é uma moeda difícil de ser cunhada. E encontrar no mercado tais profissionais, requer garimpo.

As organizações hoje em dia preferem contratar profissionais que sabem menos do produto e do serviço, mas que possuem extrema habilidade em trabalhar em grupo, interagir, produzir soluções em grupo. É por isso que nos processos de contratação, as experiências são voltadas para as atitudes diante de problemas, mais do que conhecimentos sobre produtos e serviços. Saber o que fazer com as ferramentas diante de conflitos, participar das redes sociais e produzir conhecimentos é a nova característica dos colaboradores mais procurados pelas organizações no mundo inteiro.

Quem não sabe interagir e colaborar na era da sociedade do conhecimento, quem não troca informações, quem não resolve problemas em grupo, não tem muito espaço para participar neste novo mercado contemporâneo do conhecimento.

SUGESTÕES E ALGUMAS IDEIAS PARA ENTRAR NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

- 1) **Nunca mais pare de estudar**, de se capacitar, de se habilitar. O mundo não vê com bons olhos quem se julga pronto, acabado, realizado.
- 2) **Participe das redes sociais**. Existem milhares. Mas escolha aquelas que irão acrescentar no seu portfólio profissional.
- 3) **Desenvolva a prática saudável de produzir informação** (blogs, wikis, páginas pessoais, revistas eletrônicas, clippings)
- 4) **Participe de Grupos de Estudos** na sua área de atuação profissional no FACEBOOK. Todos os grandes colaboradores estão lá dispostos ajudar.
- 5) **Construa sua imagem** baseada na coerência, na honestidade, no coleguismo, no altruísmo, na parceria. Seja amigo de você mesmo.
- 6) **Procure ver e ser visto**. Ajude os outros a subirem também. Sua estrada profissional não está pronta. É você que a constrói.
- 7) **Desenvolva a capacidade de ouvir**, mais do que falar. Quem sabe ouvir, aprende mais e melhor. Mas não se cale diante dos desafios.
- 8) **A colaboração e a interação é o seu principal foco social e profissional**. Quem não se comunica, perde a oportunidade de aprender.
- 9) **Não omita sua opinião**. A organização espera que você seja um formador de opinião.
- 10) **Nunca diga EU ACHO**. Na nova sociedade do conhecimento não há mais espaço para o achismo. É preciso estudar e aprender para poder dizer.

E, sobretudo, pense que o mundo moderno espera que você o interprete e não simplesmente o reproduza.

Professor Cláudio de Musacchio é doutorando em Informática na Educação pela UFRGS, palestrante sobre mídias sociais na educação, interdisciplinaridade organizacional, Gestão de Redes Sociais Corporativas, expertise em implantação de redes sociais nas organizações. Implantação de

Políticas de Uso e Capacitação Profissional para o uso de redes sociais corporativas.



Cláudio de Musacchio

Cláudio de Musacchio é doutorando em Informática na Educação - PGIE Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Educação pela Universidade Luterana do Brasil, pós-graduado em Engenharia de Software pela Universidade Estácio de Sá - Rio de Janeiro e presidente do PORTAL EAD BRASIL e membro da SOCIEDADE BRASILEIRA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO, coordenador do grupo de estudos INTELIGÊNCIA COMPETITIVA, ministrando palestras e dando consultorias nas abordagens e ferramentas gerenciais: gestão de inovação, comunidades de prática, gestão estratégica da informação, aprendizagem organizacional, gestão de capital intelectual, inteligência competitiva, gestão de competências e ferramentas de TI. <http://musacchio.webnode.com.br/> Atualmente é pesquisador pela UFRGS com o Projeto Paidéia - Interdisciplinaridades e Pesquisas científicas em Sala de Aula. <http://www.portaleadbrasil.com.br/projetopaideia/> <https://twitter.com/musacchio1956>

9 – Repercussões do rebaixamento do Brasil pela S&P

O GRAU DE INVESTIMENTO E A AGÊNCIAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

EconomiaOpiniãoPolítica

— 10

setembro

2015

-

<http://www.alemdeconomia.com.br/blog/?p=16635>



Não há dúvidas, infelizmente, que o Estado brasileiro, bem como outras Nações e o dito cujo mercado, estão, digamos, de certa maneira, subservientes as agências de classificação de risco.

Pois bem, muitos esquecem que essas agências contribuíram para a crise de 2008, para tanto, basta observar a conclusão de um relatório final de uma comissão do Congresso norte-americano sobre a crise financeira mundial. Neste sentido, lembremos; as acusações estão relacionadas à qualificação de títulos hipotecários norte-americanos. As três agências avaliaram a nota de crédito desses títulos como muito boas. Investidores de todo o mundo confiaram nessa avaliação e compraram os papéis.

Os títulos eram baseados em empréstimos que tinham como garantia propriedades norte-americanas. Quando a bolha do mercado imobiliário nos Estados Unidos estourou, esses títulos, classificados com a nota máxima AAA, perderam seu valor.

Lembremos ainda, o governo norte-americano está processando a Standard & Poor's, o governo australiano condenou a agência ao pagamento de uma indenização milionária por ter confundido os investidores com suas avaliações. Investidores em Nova York movem uma ação similar.

A síndrome de vira-lata do governo, da mídia e do mercado é de impressionar. Caso queiram aprofundar os cortes no orçamento, principalmente no que diz respeito as políticas sociais e redução do investimento público aprofundará ainda mais a crise. Por fim, mesmo com o dito rebaixamento da nota de

classificação de risco dificilmente sairão divisas do país, pois temos a maior taxa de juros do mundo. Infelizmente, continuaremos a alimentar a banca em detrimento da construção da cidadania.

Para entender a lógica da S&P



Luis Nassif - SEX, 11/09/2015 -



Primeiro passo: entender a grande disputa entre rentistas e economia real.

A disputa dá-se em torno do orçamento público. Os rentistas se apropriam dele através dos juros; a economia real através de subsídios ao crédito e compras públicas; o cidadão através de gastos sociais e com serviços públicos.

Como esses interesses precisam ser legitimados perante a opinião pública, cada grupo tratará de desenvolver argumentos em defesa da política econômica que melhor atenda a seus interesses.

Segundo passo: entender os impactos da taxa de juros sobre a dívida.

Os juros pagos dependem de dois fatores: do nível da dívida e da taxa cobrada.

Div/PIB	Taxa	Juros/PIB
20%	45,00%	9,00%
70%	12,86%	9,00%
Div/PIB	Taxa	Juros/PIB
52%	12,60%	6,53%
70%	9,32%	6,53%

Uma taxa de juros elevada, incidindo sobre uma dívida pequena, poderá ser menor do que uma taxa pequena incidindo sobre uma dívida elevada.

No início do Real, por exemplo, a relação dívida/PIB estava em 20%. No início do ano de 1995, o presidente do Banco Central Pésio Arida jogou a taxa básica para 45% ao ano, para enfrentar uma fuga de capitais. Pésio caiu, entrou Gustavo Loyolla, que manteve a taxa inalterada. Segundo ele, poderia ocorrer outra crise cambial e o Banco Central ter novamente que elevar os juros. Então, melhor derrubar vagarosamente a taxa. No final do governo FHC, a relação dívida/PIB beirava os 60%.

Em país sério, Gustavo seria preso ou internado. Por aqui, tornou-se festejado consultor de mercado.

A política monetária do Real comprometeu o orçamento público por todo o período FHC, mais o primeiro governo Lula, a fim de trazer a relação dívida/PIB para níveis suportáveis.

Confira na tabela: manter por um ano uma taxa de juros de 45% incidindo sobre uma dívida equivalente a 20% do PIB é a mesma coisa que uma taxa de juros de 12,86% sobre uma dívida de 70% do PIB.

Toda a lógica mercadista consiste em definir sempre a mais alta taxa de juros possível, dentro de limites prudenciais.

Div/PIB	Taxa	Juros/PIB
20,00%	40%	8%
30,00%	27%	8%
40,00%	20%	8%
50,00%	16%	8%
60,00%	13%	8%
70,00%	11%	8%
80,00%	10%	8%
90,00%	9%	8%
100,00%	8%	8%
110,00%	7%	8%

Com a relação dívida/PIB em 20%, Loyolla pode elevar as taxas para mais de 40% ao ano. Com a relação nos 60%, Alexandre Tombini eleva para 14,5%.

Não se pense em algo conspiratório da parte dos cabeções. Eles apenas seguem a cartilha acriticamente e se curvam a princípios tratados como dogmas. Tipo:

1. Para cada problema econômico, um instrumento.
2. Para a inflação, política monetária.
3. Para a política monetária, só inflação, sem se preocupar com outros problemas, que deverão ser tratados por outros instrumentos, não pelo monetário.

Seguindo automaticamente o manual, se irá sempre ao teto dos limites prudenciais.

Para os técnicos do BC, o ganho virá quando a inflação cair e as taxas de juros recuarem.

Terceiro passo - Vamos conferir como será esse ganho na tabela da S&P.

A tabela vai de 2009 a 2018.

Aparentemente em 2018 se terá uma economia normalizada: o PIB correndo a 2,%, os investimentos em 17,7% do PIB e a poupança em 16,2%; o déficit comercial terá baixado de 4,4% para 3,3% do PIB e o superávit primário crescido dos -0,3% de 2016 para 1,5%,

Tudo normal?

Não.

A dívida líquida saltará de 46,7% em 2014 para 62% em 2018, como proporção do PIB. A dívida bruta passará de 58,9% para 71,3%.

A atual taxa Selic não comprometerá o orçamento apenas no próximo ano. Levará uma década, pelo menos, para o país trazer a relação dívida/PIB para níveis razoáveis e liberar recursos para aquilo que traz efetivamente o desenvolvimento: investimentos na infraestrutura e nas pessoas.

ECONOMIC INDICATORS (%)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nominal GDP (bil. LC)	3,328	3,887	4,375	4,713	5,158	5,521	5,864	6,297	6,757	7,284
Nominal GDP (bil. \$)	1,665	2,209	2,615	2,412	2,392	2,346	1,817	1,574	1,553	1,619
GDP per capita (000s \$)	8.6	11.3	13.2	12.1	11.9	11.6	8.9	7.6	7.5	7.7
Real GDP growth	(0.2)	7.6	3.9	1.8	2.7	0.1	(2.5)	(0.5)	1.0	2.5
Real GDP per capita growth	(1.3)	6.5	2.9	0.8	1.8	(0.7)	(3.3)	(1.3)	0.2	1.7
Real investment growth	(1.9)	17.8	6.6	(0.6)	6.1	(4.4)	(10.0)	(0.5)	4.0	8.0
Investment/GDP	19.2	20.6	20.6	20.2	20.5	19.7	17.7	17.8	18.2	19.6
Savings/GDP	17.7	18.5	18.6	18.0	17.1	15.3	13.2	13.5	14.5	16.2
Exports/GDP	10.9	10.7	11.5	12.0	12.0	11.5	11.3	12.1	12.2	12.2
Real exports growth	(9.2)	11.7	4.8	0.5	2.1	(1.1)	2.0	5.0	5.0	5.0
Unemployment rate	8.1	6.7	6.0	5.5	5.4	4.9	6.4	7.0	7.6	7.0
EXTERNAL INDICATORS (%)										
Current account balance/GDP	(1.5)	(2.1)	(2.0)	(2.2)	(3.4)	(4.4)	(4.4)	(4.3)	(3.7)	(3.3)
Current account balance/CARs	(12.5)	(19.2)	(16.9)	(18.2)	(27.3)	(36.7)	(33.4)	(26.0)	(20.5)	(18.2)
Trade balance/GDP	1.5	0.9	1.1	0.8	0.1	(0.3)	0.1	1.1	1.6	1.7
Net FDI/GDP	2.2	1.7	2.6	2.8	2.8	3.0	2.2	2.9	3.2	3.7
Net portfolio equity inflow/GDP	2.4	2.0	0.6	0.1	0.4	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6
Gross external financing needs/CARs plus usable reserves	72.7	71.5	75.6	66.0	70.1	71.6	74.0	69.6	65.8	65.0
Narrow net external debt/CARs	(11.9)	6.8	(2.3)	(7.1)	1.7	29.0	33.0	36.0	40.3	33.8
Net external liabilities/CARs	287.8	368.9	261.5	266.6	250.7	277.9	320.9	310.5	300.7	285.6
Short-term external debt by remaining maturity/CARs	32.6	21.7	29.1	25.8	31.0	26.0	52.6	41.7	31.0	26.2
Reserves/CAPs (months)	10.6	9.8	9.6	12.0	11.9	11.2	13.6	13.4	13.0	12.4
FISCAL INDICATORS (% General government)										
Balance/GDP	(3.2)	(2.4)	(2.5)	(2.2)	(3.0)	(6.1)	(8.0)	(8.1)	(5.9)	(4.3)
Change in debt/GDP	7.0	1.0	5.3	7.2	3.2	9.1	9.5	9.5	7.0	4.3
Primary balance/GDP	1.9	2.6	2.9	2.3	1.8	(0.5)	(0.0)	(0.3)	0.9	1.5
Revenue/GDP	36.9	39.3	37.6	37.5	38.1	36.9	35.8	35.6	37.4	39.0
Expenditures/GDP	40.2	41.8	40.1	39.7	41.1	43.0	43.8	43.7	43.4	43.3
Interest/revenues	14.0	12.6	14.2	12.0	12.5	15.1	22.4	21.8	18.2	14.8
Debt/GDP	59.3	51.8	51.3	54.8	53.3	58.9	65.0	70.0	72.2	71.3
Net debt/GDP	45.9	40.1	39.2	40.3	39.2	46.7	53.5	59.3	62.3	62.0
Liquid assets/GDP	13.4	11.6	12.1	14.5	14.1	12.2	11.5	10.7	10.0	9.3
MONETARY INDICATORS (%)										
CPI growth	4.9	5.0	6.6	5.4	6.2	6.3	8.7	7.9	6.3	5.3
GDP deflator growth	7.4	8.6	8.3	5.9	6.5	6.9	8.9	7.9	6.2	5.2
Banks' claims on resident private sector growth	16.8	20.1	19.5	16.8	14.4	11.7	6.3	10.0	11.0	11.0
Banks' claims on resident private sector/GDP	43.6	44.8	47.5	51.5	53.9	56.2	56.2	57.6	59.6	61.3

É hora de riscar as agências de risco do mapa do Brasil

<http://ulyssesferraz.blogspot.com.br/2015/07/e-hora-de-riscar-as-agencias-de-risco.html?sref=fb->

terça-feira, 28 de julho de 2015



"Em sua brutalidade anônima, os mercados da riqueza escoltados pelos estelionatários das agências de risco impõem aos países e a seus cidadãos a tirania da ignorância soberana." (Luiz Gonzaga Belluzzo)

Miriam "Grau de Investimento" Leitão continua na torcida para que as agências de risco rebaixem a nota do Brasil. Mas a despeito do que virá em termos de notas para o país nos próximos dias, não podemos nos esquecer de que essas mesmas agências de risco erraram grosseiramente nas avaliações realizadas antes da crise de 2008.

O Lehman Brothers, por exemplo, tinha nota 'A' no dia em que quebrou. No caso do escândalo financeiro da Enron, em 2001, todas as agências mantiveram o grau de investimento até cinco dias da decretação da falência da empresa. Durante a crise de 2008, essas agências foram acusadas de inflar as "notas" de diversas empresas e seus principais executivos acabaram presos por fraude a investidores. Crimes que os jornalistas/moralistas da grande imprensa brasileira sequer noticiaram.

Nas palavras de Luiz Gonzaga Belluzzo, "a esfera pública está acuada nos gigantescos monopólios de comunicação, submissos aos poderes da mão invisível da finança e incumbidos de manter sob estrita vigilância os governantes que, porventura, ousem desafiar os ditames facinorosos das agências de risco". Um país não pode conduzir suas políticas econômicas somente para satisfazer um grupo de chantagistas profissionais que não possui legitimidade técnica nem moral para impor regras a países soberanos. A julgar pela qualidade de suas avaliações, quem deveria ser rebaixado não são países nem empresas, mas as próprias agências.

A questão é: quem julgará os "juízes"? Por enquanto, eles são os donos da bola. Esses "julgadores" de risco são os queridinhos da mídia. Mandam e desmandam. Possuem mais poder do que o FMI e o Banco Mundial juntos. É hora de jogar duro com essa gente. Hora de dar menos confiança aos mercados financeiros, aos especuladores de plantão e confiar mais no país. Em nossas instituições. Na força da nossa geografia. Hora de apostar em

nossas empresas e em nossa capacidade de trabalho. Hora de criar, inventar, trabalhar e prosperar.

Os bancos preparam a próxima crise global

[HTTP://OUTRASPALAVRAS.NET/CAPA/OS-BANCOS-PREPARAM-PROXIMA-CRISE-GLOBAL/](http://OUTRASPALAVRAS.NET/CAPA/OS-BANCOS-PREPARAM-PROXIMA-CRISE-GLOBAL/) - 10/09/2015



Como a aristocracia financeira recuperou poderes e regalias que levaram ao terremoto de 2008. Por que, ao poupar este setor, políticas como “ajuste fiscal” brasileiro abrem caminho para novo desastre

Por **Susan George** | Tradução: **Gabriela Leite** | Imagem: **SjJ, Bankers**, 2010

Sempre otimista, não acreditei que os bancos sairiam da crise de 2007 a 2008 mais fortes que antes, sobretudo em termos políticos. É verdade que alguns pagaram multas que os fizeram cambalear — um total de 178 bilhões de dólares para os bancos norte-americanos e europeus — mas consideram que tais desembolsos são “o preço de fazer negócios”. Nenhum líderes do setor

que quebrou a economia mundial passou uma só noite na prisão, nem teve que pagar, pessoalmente, uma única multa.

Ainda não superamos os efeitos do terremoto financeiro vivido em 2007-2008, mas os políticos e os próprios banqueiros já estão preparando o cenário para a próxima crise. Estudos matemáticos mostraram a densa teia interconectada dos atores financeiros mundiais, na qual a falha de um deles poderia desencadear o colapso de todos. Nos colocaram no fio da navalha, e temos boas razões para ser pessimistas:

– Os governos e as instituições financeiras internacionais não demonstraram nenhuma intenção de regular os bancos, o que nos expõe ao perigo de ter que suportar uma repetição da jogada. Os bancos e os banqueiros não só são grandes demais para falir — ou para ser presos —, mas também para ser desafiados. Por isso, permitem-se fazer o que lhes dê vontade.

– A adoção de dispositivos de segurança no setor financeiro foi sistematicamente sabotada. Não se produziu a separação necessária entre os bancos comerciais e os bancos de investimento (o que impediria que o dinheiro dos depositantes continuasse a ser usado para especular). Durante mais de sessenta anos, a lei norte-americana Glass-Steagall, aprovada durante o *New Deal* do governo Roosevelt separou-os, protegendo o sistema financeiro norte-americano. Foi revogada, em 1998, sob o mandato do presidente Bill Clinton — com um grande empurrão de seu secretário do Tesouro, Robert Rubin, ex-executivo do banco Goldman Sachs. Foi necessário menos de uma década para produzir-se a quebra devastadora do Lehman Brother e do mercado. Os políticos não atendem a razões, mas sim ao lobby bancário. Por isso, as exigências de reservas (capital) dos bancos continuam baixos demais. Não se aprovou nenhum novo imposto sobre as transações financeiras. Um imposto debatido por onze países da União Europeia ainda está em debate.



Este site é sustentado por seus leitores. [Clique aqui para contribuir](#)

– Os volumes diários de transações com derivativos e moedas cresceram 25% ou 30% em comparação com os níveis de antes da crise, e somam trilhões a cada dia. As operações anuais totais com derivados somam em torno de cem vezes o Produto Mundial Bruto. O surgimento de transações automatizadas,

impulsionadas por algoritmos, move este crescimento, mas até as máquinas e os *nerds* matemáticos podem cometer erros perigosos.

– Grandes quantidades de empréstimos convertidos em bônus de risco poderiam inundar uma vez mais as carteiras de investidores institucionais. Desta vez não estariam associados às hipotecas *subprime*, mas a lotes de outras categorias de dívida, como os empréstimos a estudantes ou consumidores.

– Em 2008, a especulação desenfreada nos mercados de matérias primas causou uma dramática alta dos preços dos alimentos, acrescentando 150 milhões de pessoas às listas dos famintos mundiais. Estas cifras não se repetirão nem nesse ano, nem no próximo: os preços dos grãos despencaram e 150 trilhões de dólares procedentes de Wall Street foram retirados desses mercados nos últimos dois anos. Contudo, outras leis protetoras do *New Deal* também foram revogadas e os mercados poderão mais uma vez ser alvo de apostas sem limites, quando as mudanças climáticas e a falta de alimento fizerem com que sejam rentáveis.

– Os paraísos fiscais triunfaram. Eles não beneficiam apenas o 1% mais rico. Especializaram-se também na evasão fiscal corporativa. As maiores corporações deixaram de pagar os impostos que lhes correspondem. Por exemplo, as empresas francesas sonegam anualmente de 60 a 80 bilhões de dólares. As corporações beneficiam-se de serviços públicos como a polícia e os bombeiros, a energia, a água, o saneamento, o transporte, a saúde, a educação e a formação para seu pessoal, e o Estado de direito, mas não contribuem para mantê-los, de maneira que estes se deterioram. Quem perde são os cidadãos e cidadãs, e a rede de infraestrutura. O escândalo *Luxleaks* – que desmascarou a evasão fiscal de mais de 300 empresas — demonstra que os Estados-membros da União Europeia fazem intencionalmente vistas grossas, com a cumplicidade das quatro grandes “agências de risco”, quando as empresas transferem contabilmente seus lucros para Luxemburgo, onde quase não pagam impostos. Os paraísos fiscais das Ilhas Britânicas também contribuem para essa prática. Estima-se que 25% ou mais do faturamento dos maiores bancos da União Europeia está em “centros off-shore”; ninguém conhece ao certo esta cifra.

– Pesquisas realizadas pelo Banco Central Europeu sobre os 130 maiores bancos da União Europeia descobriram que estes não apoiam a economia real — onde as pessoas vivem, trabalham, produzem e consomem. As pequenas e médias empresas da União Europeia oferecem 80% ou 90% de todo o emprego disponível, mas continuam tendo muitos problemas para receber empréstimos. Desde 2008, os bancos endureceram suas condições de concessão de crédito. O [FinanceWatch](#) — um thinktank progressista de Bruxelas — afirma que só 28% de toda atividade bancária vai para a economia real; o que sobra infla o setor dos produtos financeiros que multiplicam o dinheiro sem passar por fases tão “incômodas” como a produção e a distribuição...

– É verdade que os Estados Unidos têm vivido crescimento econômico e criação de emprego, porém mais de 90% do valor de tal crescimento tem sido abocanhado pelo 1% mais rico. O desemprego europeu continua crescendo, e em vez de crescer, a União Europeia escorrega rumo à deflação.

– Já em 2011, os lucros dos bancos norte-americanos haviam chegado aos níveis recorde de antes da crise. E ainda antes, em 2009, os nove maiores bancos desse país distribuíam gratificações de um milhão de dólares ou mais, a mais de cinco mil banqueiros e operadores financeiros, usando para isso o dinheiro público dos empréstimo que receberam dos Estados. Ao menos 5 bilhões de dólares provenientes do dinheiro dos contribuintes norte-americanos foram para indivíduos da indústria financeira. Seus colegas britânicos receberam 20 bilhões de dólares por meio de gratificações em 2010 e 2011, e os banqueiros franceses receberam outro tanto.

– As robustas gratificações contribuem para o grande salto adiante da desigualdade. São conhecidas as comparações chocantes entre a parte da riqueza mundial que é apropriada pelos multimilionários e o que sobra para o resto do mundo. Estão sintetizadas num [relatório da Oxfan](#) ou nos informes sobre a riqueza mundial que falam sobre as alturas douradas, onde moram não o um por cento — pobres perdedores! — mas um em cada dez milhões.

– A lista de bilionários da Forbes, de 2014, enumera os 1542 terráqueos que ultrapassaram a marca, com um volume total de 6,5 bilhões de dólares. A desigualdade não é obscena em termos monetários. Em *Desigualdade: uma análise da (in)felicidadecoletiva*, Richard Wilkinson e Kate Pickett demonstraram

de maneira indiscutível que a desigualdade tem correlação necessária com todos os fenômenos sociais desagradáveis e custosos, de doenças à violência, à obesidade e as populações carcerárias. Mas as finanças estão organizadas agora de tal maneira que ao chegar ao status de bilionário, é muito difícil perdê-lo.

Recompensas, recompensas

Os banqueiros aprenderam também como organizar as instituições internacionais para que estas os recompensem tanto nos momentos bons como nos maus, por investimentos financeiros geniais ou desastrosos. Desta maneira, governos da zona do euro como Alemanha e França trazem dinheiro ao Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira; este dá dinheiro ao governo grego (irlandês, espanhol...) que, por sua vez, o entrega aos bancos gregos (irlandeses, espanhóis...) com a intenção de que estes devolvam os empréstimos recebidos dos bancos franceses e alemães.

A maioria das pessoas não se dá conta que os enormes “empréstimos” concedidos à Grécia pela “Troika” (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) entre 2010 e 2012 não se destinaram a “ajudar os gregos”, mas sim a canalizar dinheiro aos bancos que haviam comprado títulos gregos. E por que compraram? É uma boa pergunta: porque estes valiam em euros, mas pagavam juros mais altos, por exemplo, que os títulos alemães, igualmente denominados em euros.

O trabalho da Troika é, portanto, garantir que se devolva o dinheiro aos bancos, desde os planos de “regate” sejam associados a condições drásticas da austeridade. Os bancos podem perder algo em seus investimentos nos países do Sul da Europa ou da periferia — mas não no nível em que isso ocorreria sem a porta giratória da Troika.

Os povos — que não criaram a crise — devem, contudo, sofrer com ela. Até certo ponto, isso pode ser medido em fome crescente, fechamento de hospitais e escolas, violência e migração dos jovens. Mas as verdadeiras consequências para incontáveis seres humanos que não têm responsabilidade pelos problemas econômicos não podem ser quantificadas. Sustento: minha

afirmação de que os bancos aprenderam que podem fazer o que quiserem não era um recurso retórico...

E chegamos ao ponto em que o leitor diz: “sim, mas o que podemos fazer?” Em geral, as respostas são conhecidas, e muitas delas consistem em fazer o contrário do que se resumiu acima. Separar os bancos comerciais dos de investimento, cobrar imposto das instituições financeiras, proscrever os paraísos fiscais, obrigar Luxemburgo a desmantelar sua proteção às empresas sonegadoras, negar-se a assinar os [novos acordos de “livre” comércio](#).

Mudar as regras do Banco Central Europeu (BCE), que não empresta aos países, mas apenas aos bancos privados. Estes pedem créditos ao BCE a menos de 1% de juros ao ano, para em seguida emprestar os mesmos recursos aos países com os maiores juros possíveis — às vezes mais de 6% — o que constitui outro presente à banca. O BCE deveria emprestar diretamente aos países, cobrando os mesmos 1% ou menos, e os governos europeus deveriam poder emitir títulos em euros.

As políticas de “austeridade” devem ser descartadas, porque não funcionam, nem humana nem economicamente. Os europeus do norte entendem isso: a palavra em alemão para dívida é *Schuld*, que significa também pecado ou culpa; mas a crise persistente não tem a ver com moralidade. Precisamos de menos golpes no peito (o dos outros) e mais economia inteligente. Nas palavras de um economista alemão que escrevia no *Financial Times*: “Existem dois tipos de economistas alemães: os que não leram Keynes e os que não entenderam.”

É preciso lembrar primeiro que a dívida os países não se parece, em absoluto, com a de uma família. Na verdade, ao longo da história, a maior parte da dívida soberana era perdoadada; em todo caso, como disse o economista e acadêmico norte-americano Paul Krugman: “é preciso vigiar os fluxos, não as ações.”

Enquanto os países continuarem obrigados ao pagamento de juros elevados, terão dívidas eternas. As nações não desaparecem. A Grécia, por exemplo, tem um superávit orçamentário, quando levam-se em conta apenas a arrecadação de tributos e os investimentos e despesas não-financeiras. Deveria estar qualificada para pagar juros de 1% do ano. O país deveria

também reduzir drasticamente seu orçamento militar, tributar a igreja — o maior proprietário de terrenos e imóveis — e como disse o partido governante Syriza, “perseguir a oligarquia”.

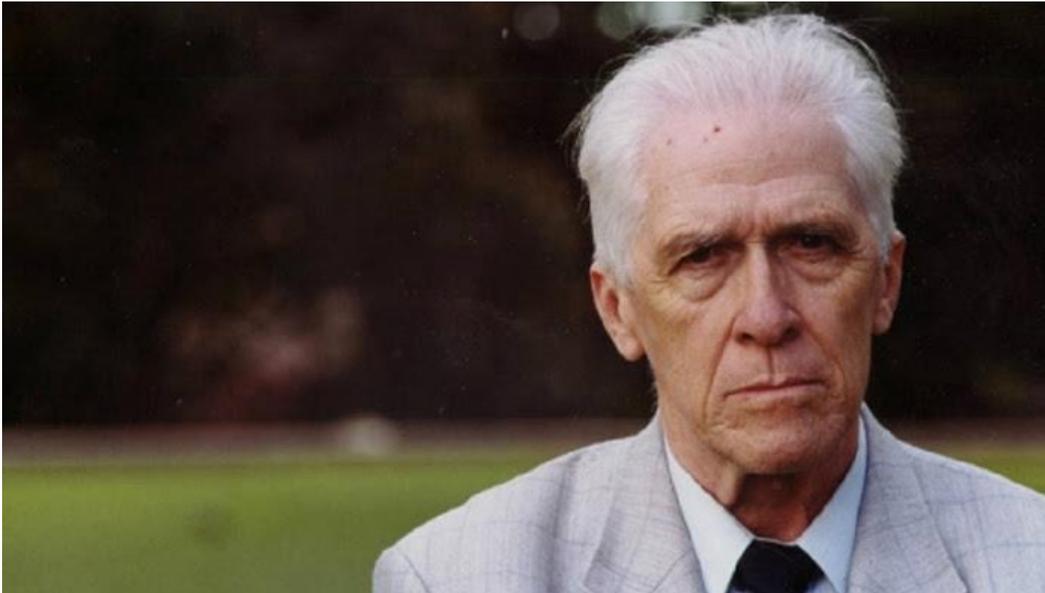
Se a próxima crise for de fato deflagrada, será imensa e mortalmente perigosa para as pessoas comuns, que poderiam perder sua poupança, seguros, aposentadorias e mais. Não estou propondo que se criem refúgios antiaéreos ao estilo de 1950, construam-se depósitos de alimentos e se autorize a posse de uma arma por casa — mas não faria mal começar a desenvolver sistemas sociais mais resistentes e uma autoconfiança maior. As pessoas trabalham bem quando cooperam entre si, e o fazem instintivamente ou por necessidade quando têm que enfrentar um colapso econômico, como fizeram os argentinos há quinze anos ou fazem os gregos hoje. Organizam cantinas populares, hortas comunitárias, clínicas de saúde solidárias, creches, moedas sociais, soluções habitacionais e assim por diante.

Sobretudo, precisamos enfrentar a mortífera ideologia neoliberal que contaminou o pensamento e a ação, enquanto os bancos podem fazer o que lhes der na telha.

Moniz Bandeira: Agências de risco estão a serviço de especuladores e de interesses econômicos e políticos dos EUA

publicado em 10 de setembro de 2015 às 19:03

<http://www.viomundo.com.br/denuncias/moniz-bandeira-as-agencias-de-risco-a-servico-de-especuladores-subordinadas-aos-interesses-economicos-e-politicos-de-washington-e-de-wall-street.html>



“O que ocorre no Brasil e contra o Brasil é uma campanha de interesses econômicos estrangeiros, devido a vários fatores, entre outros, sua inserção no banco do BRICS, com a Rússia e a China, associada aos interesses políticos domésticos, de uma oposição sem ética, sem compostura, servindo aos interesses antinacionais”

Moniz Bandeira sobre S&P’s: “ A serviço de especuladores, subordinada a interesses econômicos e políticos de Wall Street “

[do PT na Câmara, via e-mail](#)

O cientista político e historiador Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira advertiu hoje (10) para o papel das agências de risco (rating) na desestabilização econômica de países emergentes, destacando que elas atuam mais a “serviço de especuladores, subordinadas aos interesses econômicos e políticos de Washington e de Wall Street”. Segundo ele, é preciso analisar o rebaixamento da nota de risco do Brasil pela agência Standard & Poor’s, dos Estados Unidos, dentro de um cenário em que há vários interesses em jogo, contra o Brasil e o próprio governo Dilma.

“O que ocorre no Brasil e contra o Brasil é uma campanha de interesses econômicos estrangeiros, devido a vários fatores, entre outros, sua inserção no banco do BRICS, com a Rússia e a China, associada aos interesses políticos domésticos, de uma oposição sem ética, sem compostura, servindo aos interesses antinacionais”, disse, em entrevista concedida por e-mail ao **PT na Câmara**.

Como exemplo dos interesses que orientam agências como a S&P’s, citou o caso da reincorporação da Crimeia pela Rússia, seguindo-se o imediato rebaixamento da nota da Rússia. ‘Isto não significa que não haja no Brasil uma crise econômica, porém ela é muito mais agravada pela crise política e institucional, que abrange e envolve a Justiça e o Congresso’, frisou Moniz Bandeira.

Ele também condenou os métodos da operação Lava-Jato, que, a seu ver, ajudam agências de risco a rebaixar a nota do Brasil. “Combater a corrupção é certo, mas o que estão a fazer é destruir a imagem do Brasil no exterior e contribuir para que outros interesses promovam a especulação econômica e as agências de risco aproveitem para rebaixar a nota do Brasil”, afirmou.

Moniz Bandeira também defendeu o papel do ex-presidente Lula na abertura de espaço para a atuação de empresas brasileiras no exterior e condenou o instituto de delação premiada, que comparou a métodos da Gestapo, e criticou a forma com que é realizada a Operação Lava-Jato. “ A mim muito me admira como se permite que um juiz do Paraná e a Polícia Federal cometam tantos desmandos, ilegalidades, com prisões arbitrárias de grandes empresários, sem maior comprovação, a desmoralizar não apenas a Petrobras e as empresas estatais, mas também as grandes companhias nacionais, como a Odebrecht, as quais contribuem para a expansão do comércio do Brasil”.

Leia a íntegra da entrevista:

P) A agência Standard & Poor´s rebaixou o grau de investimento do Brasil. O que o senhor poderia falar sobre isso?

R) O rebaixamento não pode surpreender. Já estava previsto. O que ocorre no Brasil e contra o Brasil é uma campanha de interesses econômicos estrangeiros, devido a vários fatores, entre outras coisas, sua inserção no banco do BRICS, com a Rússia e a China, associada aos interesses políticos domésticos, de uma oposição sem ética, sem compostura, servindo aos interesses antinacionais.

P) Essas agências de "risco" estavam envolvidas, nos EUA, em escândalos que levaram à crise 2008 . A própria S&P´s foi condenada recentemente a pagar multa de US 1, 37 bilhão por seus envolvimento com os escândalos de Wall Street em 2008. Tem moral para fazer avaliação de uma economia com a brasileira?

R – As agências de risco pertencem aos bancos de investimentos dos Estados Unidos e seus critérios são mais políticos que econômicos. Estão a serviço de especuladores, subordinadas aos interesses econômicos e políticos de Washington e de Wall Street. Tanto isto é certo que, quando houve a reincorporação da Crimeia pela Rússia, logo ocorreu o rebaixamento da nota da Rússia. Isto não significa que não haja no Brasil uma crise econômica, porém ela muito mais agravada pela crise política e institucional, que abrange e envolve a Justiça e o Congresso.

P)-Por trás dessas avaliações haveria uma espécie de pressão para o Brasil adotar uma agenda neoliberal, com abertura econômica ainda maior ao capital estrangeiro?

R) Não creio. É uma simplificação. É claro, o Brasil está dentro do sistema interno capitalista, cada vez mais e mais globalizado, e tem de tomar certas medidas ortodoxas, para o reajuste fiscal. Porém, o governo deve

necessariamente de intervir no câmbio, que constitui forte fator de pressão inflacionária, ao encarecer as importações de matérias primas etc. Há enorme especulação do mercado, devido à apatia do governo, da inexistente reação ante os desfeitos dos especuladores e da oposição. E isso ajuda o enfraquecimento do governo. A questão, portanto, é mais complexa e não apenas econômica. É política, em que interesses estrangeiros se entrançam com interesses domésticos, na oposição. E o governo está na defensiva, o que é muito ruim. A defensiva pode resultar na derrota.

A mim muito me admira como se permite que um juiz do Paraná e a Polícia Federal cometam tantos desmandos, ilegalidades, com prisões arbitrárias de grandes empresários, sem maior comprovação, a desmoralizar não apenas a Petrobras e as empresas estatais, mas também as grandes companhias nacionais, como a Odebrecht, as quais contribuem para a expansão do comércio do Brasil. Os chefes de governo de todos os países sempre promoveram, no exterior, as empresas de seu país. Por que o presidente Lula não podia abrir caminho em outros países para as construtoras nacionais? Quem está por trás de tamanha campanha contra o Brasil? A delação premiada é algo que se assemelha a um método fascista. Isso faz lembrar a Gestapo ou os processos de Moscou, ao tempo de Stalin, com acusações fabricadas pela GPU (serviço secreto).

No Brasil, um juiz determina, a Polícia prende, ameaça processar o indivíduo se não delatar supostos crimes de outrem, e assim, impondo o terror e medo, obtém uma delação em troca de uma possível penalidade menor ou outra dádiva qualquer. Não entendo como se permite que a Polícia Federal atue de tal maneira, ao arbítrio de um Juiz, que nenhuma autoridade pode ter fora de sua jurisdição. A quem servem? Combater a corrupção é certo, mas o que estão a fazer é destruir a imagem do Brasil no exterior e contribuir para outros interesses promovam a especulação econômica e as agências de risco aproveitem para rebaixar a nota do Brasil.

E o Ministério da Justiça, por que deixar que a Polícia Federal pratique tantas prisões arbitrárias, ilegais, sem que os presos tenham culpa judicialmente comprovada? Sinceramente, não entendo essa tibieza. Aqui, na Alemanha, onde moro há 20 anos, não mais seria possível. Só no tempo de Hitler. Aristóteles ensinou que uma democracia extrema podia levar a uma tirania mais absoluta do que a dos oligarcas. E é o que se vê, atualmente, no Brasil. A tirania exercida por um juiz, abalando a economia e o regime, com a colaboração da Polícia Federal, que reconhecidamente recebe recursos da CIA e da DEA, e da mídia corporativa, em busca de escândalos para atender aos seus interesses comerciais.

P) O capitalismo financeiro global depende de certas estruturas de dominação- do centro para a periferia. Essas agências de risco são instrumentos de dominação, já que o que decidem tem repercussão na mídia e em fundos de investimentos que as têm como referência?

R – Claro. O dólar, como única moeda de reserva internacional, guarnecido pela OTAN, é que mantém a hegemonia dos Estados Unidos, que querem

continuar como o único centro de poder e é contra essa situação que a Rússia e a China (acompanhadas pelo Brasil, Índia e África do Sul) se rebelam e trataram de constituir um banco, como alternativa ao FMI, instalado em Xangai.

P) Os Brics podem ser uma alternativa a essa estrutura de dominação que tem como centro Washington?

R – A aguda crise política no Brasil, alimentada por certos interesses econômicos estrangeiros e políticos domésticos, que não querem a continuidade de um governo popular, tem de ser compreendida no cenário internacional, ao qual o povo brasileiro está alheio. A mídia no Brasil está voltada, como nunca, a produzir escândalos e não dá quase nenhum espaço para as notícias internacionais ou simplesmente reproduzem as agências estrangeiras da Europa e dos Estados Unidos, a refletir os interesses de seus respectivos governos.

P) O Brasil quebrou três vezes com FHC, as notas das agências de rating na época do governo tucano, inclusive as dadas pela S&P's , eram bem mais baixas do que as dada hoje ao governo Dilma. Mesmo assim a mídia brasileira coloca o Brasil numa situação de país que estaria à beira de um abismo, embora tenha US\$ 370 bilhões em reservas e seja hoje o 4º maior credor dos EUA. Como o senhor analisa esse quadro?

R – Como disse antes, a mídia mundial, na qual a brasileira, de um modo ou de outro está inserida, é corporativa e atende aos interesses econômicos e políticos, como um instrumento de operações psicológicas, indispensável a toda e qualquer guerra. Em meu livro *A Segunda Guerra Fria*, eu analiso como atualmente se processam os golpes de Estado, as chamadas “revoluções coloridas” ou “primavera árabe”, com demonstrações instrumentalizadas por ONGs, com agitadores adestrados na estratégia subversiva de Gene Sharp para promover a “coldwarrevolutionary”, com protestos, demonstrações, marchas, desfiles de automóveis etc., até derrubar o governo, como aconteceu na Ucrânia, no ano passado. O governo brasileiro devia investigar as atividades da USAID e da NED e determinar o registro de todas as ONGs, a origem de seus recursos e gastos.

Leia também:

[Rodrigo Vianna: Globo aposta no caos e também afunda; empresa dos Marinheiros é rebaixada pela S&P](#)

--

Notícias, Informações e Debates
sobre o Desenvolvimento do Brasil:
www.desenvolvimentistas.com.br

O rebaixamento é um alívio para o governo

Jeferson Miola

"Antes de cortar gastos sociais, o governo dispõe de várias alternativas para enfrentar o desequilíbrio transitório das finanças. A austeridade não é um remédio, mas um veneno que agrava o ciclo vicioso da economia", alerta Jeferson Miola, integrante do Instituto de Debates, Estudos e Alternativas de Porto Alegre (Idea) e ex-coordenador-executivo do 5º Fórum Social Mundial, em artigo publicado por **Carta Maior**, 10-09-2015.

Eis o artigo.

O **rebaixamento da classificação** de crédito do Brasil é, naturalmente, uma notícia incômoda para o governo. Mas também é um fator de alívio, como aquele espinho minúsculo encravado no pé e que, uma vez removido, permite caminhar sem mancar.

A oposição e a mídia oposicionista, compreensivelmente, fazem um escarcéu; pintam o fim do mundo; tratam como a escala no purgatório da passagem para o inferno.

A vida real e terrena, entretanto, não condiz com esse alarmismo. O carnaval político-midiático serve apenas para desestabilizar ainda mais o ambiente político-institucional e para assanhar a insaciável orgia especulativa. E é pretexto para a agitação golpista do impeachment.

Nem uma besta cairia na esparrela da “revoada incontrolável” de investidores e investimentos sérios para fora do **Brasil**. Qualquer ser humano em estágio elementar de consciência sabe que a saúde macroeconômica do Brasil é muito maior que esta dificuldade momentânea – só em reservas cambiais, são mais de 370 bilhões de dólares. O Brasil está longe da tragédia alardeada pelos cínicos que, quando governaram, não conseguiram elevar a classificação do país para nação com grau de investimento, como **Lula** logrou fazer em 2008.

O rebaixamento é um fator de alívio da pressão política; com ele, desaparece a espada de Dâmocles que chantageia o governo com a ameaça da perda do grau de investimento.

O rebaixamento é a última profecia da **crise econômica** provocada pela agenda e pelo discurso do ajuste que não conseguiu, aliás, entregar nenhuma das suas promessas: a inflação subiu, os juros são pornográficos, o desemprego é crescente, a economia paralisada e contraída, a arrecadação em queda, desinvestimento, **PIB negativo** e, agora, caída para o grau especulativo.

A notícia do rebaixamento, neste sentido, encerra o ciclo de surpresas econômicas. É a última novidade bombástica que faltava surgir. O repertório do debate político, daqui em diante, será a redundância dos problemas econômicos bem conhecidos.

O governo chegou, finalmente, no pior lugar que poderia ter chegado. A partir

de agora, o preço a pagar e o castigo político terá pouca variação. A popularidade do governo será idêntica com um déficit orçamentário tanto de 0,5% como de 1%, 2% ou de 3%.

Para a estabilidade política e institucional, entretanto, é preferível suportar um déficit administrável no curto prazo, do que cortes nos orçamentos obrigatórios das áreas essenciais. O comprometimento das verbas do **SUS**, do **FIES**, **Bolsa Família**, **MCMV**, **Pronatec**, **Prouni**, emprego etc, lançará o governo em rota de colisão contra o principal pilar da sua legitimidade, justo no momento que necessita apoio popular para frear a marcha golpista.

A continuidade da recessão, a piora das condições de emprego e cortes nas áreas sociais poderá comprometer a legitimidade da presidente **Dilma** e a capacidade de resistência popular para a preservação do seu mandato legítimo.

Há um estoque de remédios eficientes para combater o déficit orçamentário. Um deles, por exemplo, seria a tributação justa de **71 mil ricos** que retêm R\$ 1,2 trilhões de patrimônio líquido e que desfrutam da isenção de imposto de renda concedida pelo FHC em 1997. Dessa fonte, viriam aproximadamente 80 bilhões de reais por ano.

No **Brasil**, a tributação de grandes fortunas e heranças é ridícula. Se fosse equiparada à média da praticada na maioria dos países do mundo, geraria outros 40 bilhões de reais.

Outro remédio seria a cobrança da dívida ativa de mais de 1,4 trilhões de reais devidos ao erário por empresas e sonegadores que abusam de filigranas jurídicas de um sistema legal que favorece a privatização do Estado através da **sonegação** e da **corrupção**.

Um quarto medicamento poderia ser oferecido pela Polícia Federal, Ministério Público e Judiciário. Essas instituições, tão céleres e contundentes na **Lava Jato**, poderiam proceder identicamente na chamada **Operação Zelotes**, que investiga o sistema de corrupção engendrado por grupos empresariais e de mídia com funcionários do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda. O erário poderia recuperar, por aí, os R\$ 19 bilhões [três vezes o montante da **Lava Jato**] que, estima-se, foram sonegados mediante o pagamento de propinas.

Antes de cortar gastos sociais, o governo dispõe de várias alternativas para enfrentar o desequilíbrio transitório das finanças. A austeridade não é um remédio, mas um veneno que agrava o ciclo vicioso da economia.

O governo deveria aproveitar a oportunidade para refundar a **política econômica**, liderando um chamado nacional para a retomada do desenvolvimento com medidas concretas de estímulo à produção, ao consumo, ao emprego, aos investimentos e à recuperação econômica.

--

Rennan Martins - Jornalista e Editor do [Blog dos Desenvolvimentistas](#)

Cães de guarda dos bancos, agências pregam o endividamento para promover a privatária

Estas agências dão opiniões baseadas não no que é melhor para o governo local - e sim no que produz mais lucros para elas.



0

AA+

por Michael Hudson*, no Counterpunch (via Viomundo)

Reproduzido originalmente em 03.11.2013

No confronto financeiro que desponta hoje as agências de classificação estão desempenhando um papel político de “executoras”, como guardiãs do crédito, para pressionar Islândia, Grécia e até mesmo os Estados Unidos para que sigam políticas orientadas aos credores, que inevitavelmente levam a crises financeiras.

Essas crises, por sua vez, forçam governos devedores a vender patrimônio público em condições de estresse. Perseguindo esse trabalho de cães de guarda dos bancos mundiais, as agências de classificação estão intensificando uma estratégia política que refinaram ao longo de mais de uma geração, na arena corrupta da política doméstica dos Estados Unidos.

Em 1936, como parte das reformas do mercado financeiro norte-americano, promovidas pelo New Deal [políticas públicas do ex-presidente Franklin Delano Roosevelt para enfrentar a Depressão econômica], os reguladores proibiram os bancos e administradores financeiros institucionais de comprar títulos considerados “especulativos” pelos “reconhecidos manuais de classificação”.

Empresas de seguro, fundos de pensão e fundos mútuos submetidos à regulamentação pública foram obrigados a “levar em consideração” a visão das agências de análise de crédito, o que deu a elas um monopólio sancionado pelo governo.

Essas agências fazem dinheiro oferecendo suas “opiniões” (pelas quais nunca são legalmente responsáveis) a respeito da possibilidade de remuneração de várias graduações de títulos, de AAA (as dívidas asseguradas por governos, as que têm graduação top porque os governos sempre podem imprimir dinheiro para pagar) até as profundezas dos títulos junk.

As agências Moody's, Standard and Poor's e Fitch se concentram principalmente em ações e títulos emitidos por corporações, estados e municípios.

Fazem dinheiro duas vezes na mesma transação quando cidades e estados equilibram seus orçamentos transformando patrimônio público em entidades privadas, que emitem novos títulos e ações.

Esse incentivo empresarial cria nas agências de análise uma antipatia por governos que se financiam na base do “pague de acordo com a necessidade” (o que Adam Smith apoiava), aumentando impostos sobre imóveis e outros bens, ao invés de tomar emprestado para cobrir os gastos.

O efeito dessa parcialidade hereditária é dar opiniões baseadas não no que é melhor, economicamente falando, para o governo local — e sim no que produz mais lucros para elas, agências.

Governos locais são pressionados quando o nível de endividamento sobe e provoca uma situação financeira severa. Os bancos cortam suas linhas de crédito e exortam as cidades e estados a pagar suas dívidas vendendo seu patrimônio público mais viável*.

Oferecer opiniões a respeito destas práticas se tornou um grande negócio para as agências de análise. Então, é compreensível porque seus modelos de negócios se opõem a políticas — e a candidatos políticos — que apoiam a ideia de basear o financiamento público na cobrança de impostos — e não no endividamento. Esse interesse próprio influencia suas “opiniões”.

***PS do Viomundo: No caso do Brasil, a Petrobras.**

Kapital for the Twenty-First Century?

[James K. Galbraith - Spring 20](#)

What is “capital”? To Karl Marx, it was a social, political, and legal category—the means of control of the means of production by the dominant class. Capital could be money, it could be machines; it could be fixed and it could be variable. But the essence of capital was neither physical nor financial. **It was the power**

that capital gave to capitalists, namely the authority to make decisions and to extract surplus from the worker.

Early in the last century, neoclassical economics dumped this social and political analysis for a mechanical one. Capital was reframed as a physical item, which paired with labor to produce output. This notion of capital permitted mathematical expression of the “production function,” so that wages and profits could be linked to the respective “marginal products” of each factor. **The new vision thus raised the uses of machinery over the social role of its owners and legitimated profit as the just return to an indispensable contribution.**

Symbolic mathematics begets quantification. For instance, if one is going to claim that one economy uses *more* capital (in relation to labor) than another, there must be some common unit for each factor. For labor it could be an hour of work time. But for capital? Once one leaves behind the “corn model” in which capital (seed) and output (flour) are the same thing, one must somehow make commensurate all the diverse bits of equipment and inventory that make up the actual “capital stock.” But how?

Although **Thomas Piketty**, a professor at the Paris School of Economics, has written a massive book entitled *Capital in the Twenty-First Century*, he explicitly (and rather caustically) **rejects the Marxist view**. He is in some respects a skeptic of modern mainstream economics, **but he sees capital (in principle) as an agglomeration of physical objects, in line with the neoclassical theory. And so he must face the question of how to count up capital-as-a-quantity.**

His approach is in two parts. First, **he conflates physical capital equipment with all forms of money-valued wealth, including land and housing, whether that wealth is in productive use or not. He excludes only what neoclassical economists call “human capital,” presumably because it can’t be bought and sold.** Then he estimates the market value of that wealth. **His measure of capital is not physical but financial.**

This, I fear, is a source of terrible confusion. Much of Piketty’s analysis turns on the ratio of capital—as he defines it—to national income: the capital/income ratio. It should be obvious that this ratio depends heavily on the flux of market value. And Piketty says as much. For example, when he describes the **capital/income ratio plummeting in France, Britain, and Germany after 1910, he is referring only in part to physical destruction of capital equipment. There was almost no physical destruction in Britain during the First World War, and that in France was vastly overstated at the time, as Keynes showed in 1919. There was also very little in Germany, which was intact until the war’s end.**

So what happened? **The movement of Piketty’s ratio was largely due to much higher incomes, produced by wartime mobilization, in relation to the existing market cap, whose gains were restricted or fell during and after the war. Later, when asset values collapsed during the Great Depression,**

it mainly wasn't physical capital that disintegrated, only its market value. During the Second World War, destruction played a larger role. The problem is that while physical and price changes are obviously different, Piketty treats them as if there were aspects of the same thing.

The evolution of inequality is not a natural process.

Piketty goes on to show that in relation to current income, **the market value of capital assets has risen sharply since the 1970s. In the Anglo-American world, he calculates, this ratio rose from 250–300 percent of income at that time to 500–600 percent today.** In some sense, “capital” has become more important, more dominant, a bigger factor in economic life.

Piketty attributes this rise to slower economic growth in relation to the return on capital, according to a formula he dubs a “fundamental law.” Algebraically, it is expressed as $r > g$, where r is the return on capital and g is the growth of income. **Here again, he seems to be talking about physical volumes of capital, augmented year after year by profit and saving.**

But he isn't measuring physical volumes, and his formula does not explain the patterns in different countries very well. For instance, **his capital-income ratio peaks for Japan in 1990—almost a quarter century ago, at the start of the long Japanese growth slump—and for the United States in 2008. Whereas in Canada, which did not have a financial crash, it's apparently still rising.** A simple mind might say that **it's market value rather than physical quantity that is changing, and that market value is driven by financialization and exaggerated by bubbles, rising where they are permitted and falling when they pop.**

Piketty wants to provide a theory relevant to growth, which requires physical capital as its input. And yet he deploys an empirical measure that is unrelated to productive physical capital and whose dollar value depends, in part, on the return on capital. Where does the rate of return come from? Piketty never says. He merely asserts that the return on capital has usually averaged a certain value, say 5 percent on land in the nineteenth century, and higher in the twentieth.

The basic neoclassical theory holds that the rate of return on capital depends on its (marginal) productivity. In that case, we must be thinking of physical capital—and this (again) appears to be Piketty's view. **But the effort to build a theory of physical capital with a technological rate-of-return collapsed long ago, under a withering challenge from critics based in Cambridge, England in the 1950s and 1960s, notably Joan Robinson, Piero Sraffa, and Luigi Pasinetti.**

Piketty devotes just three pages to the “Cambridge-Cambridge” controversies, but they are important because they are wildly misleading. He writes:

Controversy continued . . . between economists based primarily in Cambridge, Massachusetts (including [Robert] Solow and [Paul] Samuelson) . . . and

economists working in Cambridge, England . . . who (not without a certain confusion at times) saw in Solow's model a claim that growth is always perfectly balanced, thus negating the importance Keynes had attributed to short-term fluctuations. It was not until the 1970s that Solow's so-called neoclassical growth model definitively carried the day.

But the argument of the critics was not about Keynes, or fluctuations. It was about the concept of physical capital and **whether profit can be derived from a production function**. In desperate summary, the case was three-fold. **First: one cannot add up the values of capital objects to get a common quantity without a prior rate of interest, which (since it is prior) must come from the financial and not the physical world**. Second, **if the actual interest rate is a financial variable, varying for financial reasons, the *physical* interpretation of a dollar-valued capital stock is meaningless**. Third, **a more subtle point: as the rate of interest falls, there is no systematic tendency to adopt a more "capital-intensive" technology, as the neoclassical model supposed**.

In short, **the Cambridge critique made meaningless the claim that richer countries got that way by using "more" capital**. In fact, richer countries often use *less* apparent capital; they have a larger share of services in their output and of labor in their exports—the "Leontief paradox." Instead, these countries became rich—as Pasinetti later argued—by learning, by improving technique, by installing infrastructure, with education, and—as I have argued—by implementing thoroughgoing regulation and social insurance. None of this has *any* necessary relation to Solow's physical concept of capital, and still less to a measure of the capitalization of wealth in financial markets.

There is no reason to think that financial capitalization bears any close relationship to economic development. Most of the Asian countries, including Korea, Japan, and China, did very well for decades without financialization; so did continental Europe in the postwar years, and for that matter so did the United States before 1970.

And Solow's model did *not* carry the day. **In 1966 Samuelson conceded the Cambridge argument!**².

The empirical core of Piketty's book is about the distribution of income as revealed by tax records in a handful of rich countries—mainly France and Britain but also the United States, Canada, Germany, Japan, Sweden, and some others. Its virtues lie in permitting a long view and in giving detailed attention to the income of elite groups, which other approaches to distribution often miss.

Piketty shows that in the mid-twentieth century the *income* share accruing to the top-most groups in his countries fell, thanks mainly to the effects and after-effects of the Second World War. These included unionization and rising wages, progressive income tax rates, and postwar nationalizations and expropriations in Britain and France. The top shares

remained low for three decades. **They then rose from the 1980s onward, sharply in the United States and Britain and less so in Europe and Japan.**

Wealth concentrations seem to have peaked around 1910, fallen until 1970, and then increased once again. If Piketty's estimates are correct, top wealth shares in France and the United States remain today below their Belle Époque values, while U.S. top income shares have returned to their values in the Gilded Age. Piketty also believes the United States is an extreme case—that income inequality here today exceeds that in some major developing countries, including India, China, and Indonesia.

How original and how reliable are these measures? Early on, Piketty makes a claim to be the sole living heir of Simon Kuznets, the great midcentury scholar of inequalities. He writes:

Oddly, no one has ever systematically pursued Kuznets's work, no doubt in part because the historical and statistical study of tax records falls into a sort of academic no-man's land, too historical for economists and too economic for historians. That is a pity, because the dynamics of income inequality can only be studied in a long-run perspective, which is possible **only if one makes use of tax records.**

The statement is incorrect. Tax records are *not* the only available source of good inequality data. In research over twenty years, **this reviewer has used payroll records to measure the long-run evolution of inequalities; in a paper published back in 1999, Thomas Ferguson and I tracked such measures for the United States to 1920—and we found roughly the same pattern as Piketty finds now.**²

It is good to see our results confirmed, for this underscores a point of great importance. **The evolution of inequality is not a natural process. The massive equalization in the United States between 1941 and 1945 was due to mobilization conducted under strict price controls alongside confiscatory top tax rates. The purpose was to double output without creating wartime millionaires. Conversely, the purpose of supply-side economics after 1980 was (mainly) to enrich the rich.** In both cases, policy largely achieved the effect intended.

Under President Reagan, changes to U.S. tax law encouraged higher pay to corporate executives, the use of stock options, and (indirectly) the splitting of new technology firms into separately capitalized enterprises, which would eventually include Intel, Apple, Oracle, Microsoft, and the rest. **Now, top incomes are no longer fixed salaries but instead closely track the stock market. This is the simple result of concentrated ownership, the flux in asset prices, and the use of capital funds for executive pay. During the tech boom, the correspondence between changing income inequality and the NASDAQ was exact,** as Travis Hale and I show in a paper just published in the *World Economic Review*.

The lay reader will not be surprised. Academics, though, have to contend with the conventionally dominant work of (among others) Claudia Goldin and Lawrence Katz, who argue that the pattern of changing income inequalities in America is the result of a “race between education and technology” when it comes to wages, with first one in the lead and then the other. **(When education leads, inequality supposedly falls, and vice versa.)Piketty pays deference to this claim but he adds no evidence in favor, and his facts contradict it. The reality is that wage structures change far less than profit-based incomes, and most of increasing inequality comes from an increasing flow of profit income to the very rich.**

In global comparison, there is a good deal of evidence, and (so far as I know) **none of it supports Piketty’s claim that U.S. income today is more unequal than in the major developing countries. BrankoMilanović identifies South Africa and Brazil as having the highest inequalities. New work from the Luxembourg Income Study (LIS) places Indian income inequality well above that in the United States. My own estimates place United States inequality below the non-OECD average, and my estimates agree with those of the LIS on India.**

A likely explanation for the discrepancies is that income tax data are only as comparable as legal definitions of taxable income permit, and only as accurate as tax systems are effective. Both factors become problematic **in developing countries, so that income tax data will not capture the degree of inequalities that other measures reveal. (And of oil sheikhdoms where income goes untaxed, nothing can be learned.)** Conversely, good tax systems reveal inequality. In the United States, the IRS remains feared and respected, an agency to which even the wealthy report, for the most part, most of their income. Tax records are useful but it is a mistake to treat them as holy writ.³

To summarize so far, Thomas Piketty’s book about capital is neither about capital in the sense used by Marx nor about the physical capital that serves as a factor of production in the neoclassical model of economic growth. **It is a book mainly about the valuation placed on tangible and financial assets, the distribution of those assets through time, and the inheritance of wealth from one generation to the next.**

Why is this interesting? Adam Smith wrote the definitive one-sentence treatment: **“Wealth, as Mr. Hobbes says, is power.” Private financial valuation measures power, including political power, even if the holder plays no active economic role. Absentee landlords and the Koch brothers have power of this type. Piketty calls it “patrimonial capitalism”—in other words, not the real thing.**

The old system of high marginal tax rates was effective in its time. But would it work to go back to that system now? Alas, it would not.

Thanks to the French Revolution, registry of wealth and inheritance has been good in Piketty’s homeland for a long time. This allows Piketty to

show how the simple determinants of the concentration of wealth are the rate of return on assets and the rates of economic and population growth. If the rate of return exceeds the growth rate, then the rich and the elderly gain in relation to everyone else. Meanwhile, inheritances depend on the extent to which the elderly accumulate—which is greater the longer they live—and on the rate at which they die. These two forces yield a flow of inheritances that Piketty estimates to be about 15 percent of annual income presently in France—astonishingly high for a factor that gets no attention at all in newspapers or textbooks.

Moreover, for France, Germany, and Britain, the “inheritance flow” has been rising since 1980, from negligible levels to substantial ones, due to a higher rate of return on financial assets along with a slightly rising mortality rate in an older population. The trend seems likely to continue—though one wonders about the effect of the financial crisis on valuations. Piketty also shows (to the small extent that data allow) that the share of global wealth held by a tiny group of billionaires has been rising much more rapidly than average global income.

What is the policy concern? Piketty writes:

[N]o matter how justified inequalities of wealth may be initially, fortunes can grow and perpetuate themselves beyond all reasonable limits and beyond any possible rational justification in terms of social utility. **Entrepreneurs thus tend to turn into rentiers, not only with the passing of generations but even within a single lifetime.** . . . [A] person who has good ideas at the age of forty will not necessarily still be having them at ninety, nor are his children sure to have any. Yet the wealth remains.

With this passage he makes a distinction that he previously blurred: between wealth justified by “social utility” and the other kind. It is the old distinction between “profit” and “rent.” But Piketty has removed our ability to use the word “capital” in this normal sense, to refer to the factor input that yields a profit in the “productive” sector, and to distinguish it from the source of income of the “rentier.”

As for remedy, Piketty’s dramatic call is for a “progressive global tax on capital”—by which he means a wealth tax. Indeed, what could be better suited to an age of inequality (and budget deficits) than a levy on the holdings of the rich, wherever and in whatever form they may be found? **But if such a tax fails to discriminate between fortunes that have ongoing “social utility” and those that don’t—a distinction Piketty himself has just drawn—then it may not be the most carefully thought-out idea.**

In any case, as Piketty admits, this proposal is “utopian.” To begin with, in a world where only a few countries accurately measure high incomes, it would require an entirely new tax base, a worldwide Domesday Book recording an annual measure of everyone’s personal net worth. That is beyond the abilities of even the NSA. And if the proposal is utopian, which is

a synonym for futile, then why make it? Why spend an entire chapter on it—unless perhaps to incite the naive?

Piketty's further policy views come in two chapters to which the reader is bound to arrive, after almost five hundred pages, a bit worn out. These reveal him to be neither radical nor neoliberal, nor even distinctively European. Despite having made some disparaging remarks early on about the savagery of the United States, it turns out that Thomas **Piketty is a garden-variety social welfare democrat in the mold, largely, of the American New Deal.**

How did the New Deal tackle the fortress of privilege that was the early twentieth-century United States? First, it built a system of social protections, including Social Security, the minimum wage, fair labor standards, conservation, public jobs, and public works, none of which had existed before. **And the New Dealers regulated the banks, refinanced mortgages, and subdued corporate power. They built wealth shared in common by the community as a counterweight to private assets.**

Another part of the New Deal (mainly in its later phase) was taxation. With war coming, Roosevelt imposed high progressive marginal tax rates, especially on unearned income from capital ownership. The effect was to discourage high corporate pay. Big business retained earnings, built factories and (after the war) skyscrapers, and did not dilute its shares by handing them out to insiders.

Piketty devotes only a few pages to the welfare state. He says very little about public goods. His focus remains taxes. For the United States, he urges a return to top *national* rates of 80 percent on annual incomes over \$500,000 or \$1,000,000. This may be his most popular idea in U.S. liberal circles nostalgic for the glory years. And to be sure, the old system of high marginal tax rates was effective in its time.

But would it work to go back to that system now? Alas, it would not. By the 1960s and '70s, those top marginal tax rates were loophole-ridden. Corporate chiefs could compensate for low salaries with big perks. The rates were hated most by the small numbers who earned large sums with (mostly) honest work and had to pay them: sports stars, movie actors, performers, marquee authors, and so forth. The sensible point of the Tax Reform Act of 1986 was to simplify matters by imposing lower rates on a much broader base of taxable income. Raising rates again would not produce (as Piketty correctly states) a new generation of tax exiles. The reason is that it would be too easy to evade the rates, with tricks unavailable to the unglobalized plutocrats of two generations back. Anyone familiar with international tax avoidance schemes like the "Double Irish Dutch Sandwich" will know the drill.

If the heart of the problem is a rate of return on private assets that is too high, the better solution is to lower that rate of return. How? Raise minimum wages! That lowers the return on capital that relies on low-wage labor. Support unions! Tax corporate profits and personal capital gains, including dividends! Lower the

interest rate actually required of businesses! Do this by creating new public and cooperative lenders to replace today's zombie mega-banks. And if one is concerned about the monopoly rights granted by law and trade agreements to Big Pharma, Big Media, lawyers, doctors, and so forth, there is always the possibility (as Dean Baker reminds us) of introducing more competition.

Finally, there is the estate and gift tax—a jewel of the Progressive era. This Piketty rightly favors, but for the wrong reason. The main point of the estate tax is not to raise revenue, nor even to slow the creation of outsized fortunes *per se*; the tax does not interfere with creativity or creative destruction. The key point is to block the formation of dynasties. And the great virtue of this tax, as applied in the United States, is the culture of conspicuous philanthropy that it fosters, recycling big wealth to universities, hospitals, churches, theaters, libraries, museums, and small magazines.

These are the nonprofits that create about 8 percent of U.S. jobs, and whose services enhance the living standards of the whole population. Obviously the tax that fuels this philanthropy is today much eroded; dynasty is a huge political problem. But unlike the capital levy, the estate tax remains viable, in principle, because it requires that wealth be appraised only once, on the demise of the holder. Much more could be done if the law were tightened up, with a high threshold, a high rate, no loopholes, and less use of funds for nefarious politics, including efforts to destroy the estate tax.

In sum, *Capital in the Twenty-First Century* is a weighty book, replete with good information on the flows of income, transfers of wealth, and the distribution of financial resources in some of the world's wealthiest countries. Piketty rightly argues, from the beginning, that good economics must begin—or at least include—a meticulous examination of the facts. Yet he does not provide a very sound guide to policy. And despite its great ambitions, his book is not the accomplished work of high theory that its title, length, and reception (so far) suggest.

James K. Galbraith is professor at the Lyndon B. Johnson School of Public Affairs, the University of Texas at Austin, and author of the forthcoming book, *The End of Normal*.

Notes

*"The American Wage Structure, 1920–1947." *Research in Economic History*. Vol. 19, 1999, 205–257. My 1998 book, *Created Unequal*, brought the pay-inequality story up from 1950 to the early 1990s. For a recent update, see James K. Galbraith and J. Travis Hale, "The Evolution of Economic Inequality in the United States, 1969–2012: Evidence from Data on Inter-industrial Earnings and Inter-regional Incomes." *World Economic Review*, 2014, no. 3, 1–19, at <http://tinyurl.com/my9oft8>.

